



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

**MICHELLE SMITH CORRÊA MARQUES TEIXEIRA**

**COMO LIDAMOS COM AS DIFERENÇAS: INTERVENÇÃO  
PSICOLÓGICA JUNTO ÀS PRESAS DO REGIME FECHADO**

Brasília - DF

2015



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

**MICHELLE SMITH CORRÊA MARQUES TEIXEIRA**

**COMO LIDAMOS COM AS DIFERENÇAS: INTERVENÇÃO  
PSICOLÓGICA JUNTO ÀS PRESAS DO REGIME FECHADO**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para  
obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup> Patrícia C. Campos-Ramos

Brasília - DF

2015

Teixeira, Michelle Smith Corrêa Marques.

Como lidamos com as diferenças: intervenção psicológica junto às presas do regime fechado / Michelle Smith Corrêa Marques Teixeira. – Brasília, 2015.

92. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia - Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural. IV. Título. EaD, 2015.

Patrícia C. Campos-Ramos (Doutora/UnB) Presidente

Juliana Crespo Lopes (Mestre / UnB) Avaliador

1. Diversidade Cultural 2. Direitos Humanos. 3. Mulher. 4. Prisão. I. Teixeira, Michelle Smith Corrêa Marques. II. Ramos, Patrícia C. Campos. III. Lopes, Juliana Crespo. IV Universidade de Brasília.

MICHELLE SMITH CORRÊA MARQUES TEIXEIRA

**COMO LIDAMOS COM AS DIFERENÇAS: INTERVENÇÃO  
PSICOLÓGICA JUNTO ÀS PRESAS DO REGIME FECHADO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão  
do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no  
contexto da Diversidade Cultural da aluna

Michelle Smith Corrêa Marques Teixeira

Doutora, Patrícia C. Campos-Ramos

Professora-Orientadora

Mestre, Juliana Crespo Lopes

Professora-Examinadora

Brasília, ..... de ..... de .....

Dedico meu trabalho às pessoas que acreditam em mim, meu marido Felipe Roberto Smith Marques Teixeira pelo amor, companhia e entusiasmo, minhas famílias Neves e Teixeira pela força e meus amigos especiais que conhecem sua proximidade pelo amor e carinho por minha pessoa e sua reciprocidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades de aprender uma nova vida a cada dia; ao meu marido Felipe Roberto S. M. Teixeira, que ao meu lado está para todas as coisas; às minhas famílias unidas, Neves e Teixeira, que muito tem ajudado na minha caminhada, especialmente aos meus pais que me preparam para meus objetivos; às minhas companheiras de trabalho, Laís Teixeira Lara, Luciana Aparecida Faria e Wania Maria dos R. Soares, que apostam em meu trabalho e modo de viver; aos meus amigos mais próximos, que acreditam em minhas realizações; à Diretoria de Saúde da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), que estimo o apoio ofertado; à equipe da UnB que me possibilitou o conhecimento e toda ajuda para a realização deste trabalho, e, também, à minha orientadora Patrícia que acompanhou meu trabalho com atenção e confiança.

“Assim como a natureza pode ser cultivada para produzir, e os animais podem ser adestrados para serem mais úteis ao homem, também o ser humano alcança sua verdadeira humanidade pelo cultivo de seu corpo e de seu espírito”  
(PULINO, 2014-B, p. 04)

## RESUMO

Já é antigo o conhecimento, pela sociedade, da realidade encontrada nas alas e celas das prisões. Muito do que se vê são condições precárias de vivência nesses locais, que prejudicam o processo de promoção da qualidade de vida e a volta do sujeito social à comunidade, porém, pouco se vê na literatura sobre as práticas relacionadas ao favorecimento do relacionamento social entre as presas, essenciais, pois, as reais condições emanam convivências, muitas vezes desagradáveis, devido ao cotidiano monótono que sua subjetividade está inserida. Com o objetivo de identificar e elucidar às presas conflitos interpessoais ligados aos comportamentos intolerantes com as diferenças entre elas, um trabalho de grupo interventivo-reflexivo foi realizado a fim de possibilitar, pela abordagem da Educação para os Direitos Humanos, um espaço reflexivo, crítico e pensante em que as diversidades culturais fossem preservadas quando reconhecidas e, conseqüentemente, favorecessem a melhoria na convivência. A metodologia adotada para esta pesquisa foi a descritiva com abordagem quanti-qualitativa, participante, bibliográfica e de campo. Para a construção de dados utilizou-se de técnicas de observação, dinâmica, vídeo, música e atividade lúdica e manual para convidá-las ao diálogo do autoconhecimento e reconhecimento da outra. Elas também responderam a um questionário de avaliação dos encontros, para melhor análise dos resultados obtidos que, em consonância com as análises qualitativas, constatou-se que os encontros grupais permitiram o acolhimento das presas como pessoas únicas quando foram ouvidas e buscava-se a compreensão de si nas situações refletidas, conseguindo um local de apoio para compartilhar quem realmente é, de modo que sua identidade fosse resguardada e propícia à saúde mental e aos laços afetivos mais fortalecidos ao sentir-se mais humana. Percebeu-se, mediante a realidade pesquisada, que se faz preciso a continuidade dos acompanhamentos para a efetiva transformação social no convívio prisional que, por médio prazo, podem resultar na adoção de novas posturas até na situação de egressas.

**Palavras-chave:** Diversidade Cultural. Direitos Humanos. Mulher. Prisão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Estado civil das presas .....	48
Gráfico 2. Escolaridade das presas .....	49
Gráfico 3. Naturalidade das presas .....	49
Gráfico 4. Questionário sobre os comportamentos em grupo .....	67
Figura 1. Prática de Feedback .....	69

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS	–	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ATJ	–	Analista Técnico Jurídico
CEP	–	Comissão Ética de Pesquisa
EEC	–	Experiência Emocional Corretiva
DSTs	–	Doenças Sexualmente Transmissíveis
HIV	–	Vírus da Imunodeficiência Humana
OMS	–	Organização Mundial da Saúde
PNSSP	–	Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
SEDS	–	Secretaria de Estado de Defesa Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1.1. Contextualização .....	13
1.2. Formulação do problema .....	14
1.3. Objetivo Geral .....	14
1.4. Objetivos Específicos .....	15
1.5. Justificativa .....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
2.1. Diversidade Cultural .....	17
2.2. Direitos Humanos .....	20
2.3. Mulher .....	24
2.3.1. Mulher e Gênero .....	25
2.3.2. Fatores de Risco e Proteção à Mulher Presa .....	29
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA .....	42
3.1. Caracterização da organização, setor ou área .....	43
3.2. Participantes do estudo .....	43
3.3. Caracterização dos instrumentos de pesquisa .....	44
3.4. Procedimentos de construção e de análise de dados .....	45
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	48
4.1. Análise das Informações Básicas das Presas .....	48
4.2. Análise Qualitativa dos Encontros .....	51
4.3. Análise dos Resultados Obtidos com os Questionários .....	66
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	70
REFERÊNCIAS .....	74
APÊDICES .....	81
ANEXOS .....	83

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu como possibilidade de resolução de conflitos interpessoais entre mulheres presas em uma prisão na região sudoeste de Minas Gerais, observados em momento anterior, através de atendimentos psicológicos individuais.

Dentro dos temas da diversidade cultural e dos direitos humanos, a ideia foi trabalhar com o desenvolvimento de habilidades sociais a partir de atividades lúdicas, vídeos, dinâmicas e reflexões, produzindo um espaço de discussão relacionado ao preconceito, quando se propõe a busca pelo reconhecimento das diferenças entre as reclusas para solucionar as problemáticas de convivência, não sendo o foco pontuar as motivações que levaram a mulher a ser presa, apesar de trazer ideias que esclarecem questões de dimensão social que culminam nessa direção, mas, trataremos de questões mais condizentes e concretas da realidade da vivência prisional de mulheres, destacando as perdas impostas e as situações que amenizam suas dores quando adentram ao mundo prisional.

O trabalho foi assim estruturado:

No primeiro capítulo contextualizamos a prisão, local da intervenção e de como foi observada a realidade da diversidade cultural no cotidiano da ala feminina; ao questionar o modo como ela se dava, constatamos a necessidade de conscientizar as presas quanto às problemáticas vivenciadas por conta do preconceito. Quanto às relações interpessoais prejudicadas foram planejadas ações interventivas-reflexivas com foco na tomada de responsabilidade pela melhoria no convívio social, optando pela iniciativa de mudança a partir das próprias presas, apreendendo que suas ações no presente podem ser utilizadas em outras situações sociais, já que, num futuro, estarão de volta à sociedade como cidadãs.

No segundo capítulo, da fundamentação teórica, criamos três seções: a primeira, sobre a conceituação da diversidade cultural; a segunda, sobre como os direitos humanos é visto na atualidade; a terceira, sobre o gênero mulher ao resgatar o histórico sociocultural e como o feminino tem sido visto pela sociedade nos dias atuais, incluindo-se os itens a respeito dos fatores de risco e de proteção à mulher presa, visando a prevenção da saúde mental e da integridade da mulher nesta realidade. A ideia é contemplar junto à história, os elementos que embasaram os estigmas, ainda atuais, como referência para novas ações em favor da transformação social feminina.

No capítulo seguinte é descrita a metodologia, incluindo as técnicas utilizadas para a realização da pesquisa, apresentando a caracterização do local de execução, das participantes e

cooperadoras do estudo, dos instrumentos utilizados para as ações propostas e dos procedimentos para a construção e análise de dados.

No quarto capítulo são apresentados os resultados e discussões a respeito do trabalho interventivo realizado em consonância com a fundamentação teórica proposta nesta pesquisa, versando mediante os pontos positivos e negativos e suas repercussões na convivência.

No último capítulo trazemos conclusões e recomendações em relação aos objetivos inicialmente propostos para a pesquisa, a partir da problemática identificada.

No final, apresentamos as referências e os anexos dos documentos da pesquisa.

## **1.1. Contextualização**

A diversidade cultural existente no Brasil é ampla e, nos últimos anos, tem sido um assunto abordado com grande interesse, principalmente, nas áreas de educação e saúde, com ações de inclusão de leis e políticas públicas, dentre outras práticas, que buscam resguardar e trabalhar as problemáticas que advêm da diversidade cultural em favor dos direitos humanos das pessoas vistas como diferentes e que, por isso, foram segregadas. Essas ações demonstram que o povo brasileiro tem despertado para um novo olhar em relação ao outro, refletindo a luta pela humanidade em favor dos desfavorecidos, ao mesmo tempo que preconiza a urgência de repensar novas práticas para este fim.

A prisão, sendo um local inerente a um estado anterior de agressividade, repulsa e o julgamento que uma pessoa recebeu, unindo às normas e regras associadas a um cotidiano rotineiro e igual a cada dia, sem muita atividade e, ainda, com a superlotação de corpos, torna-se ambiente de muito estresse, desânimo, insalubre e desumano. Seus integrantes sofrem perdas além do estado de reclusão, podendo desvanecer-se sua integração biopsicossocial.

No ambiente prisional, perde-se muito do convívio social, contaminado por elementos estagnados à prisão; julgamento e preconceito são frequentes e, o vínculo familiar acaba sendo prejudicado. Em um ambiente insalubre, a saúde física do sujeito é colocada em risco cotidianamente e agrava-se pela falta de atividades físicas, laborativas e sociais, ganhando maior força quanto à facilidade das doenças se espalharem. Dessa forma, somando-se essas perdas de uma vida sem novidades, o sujeito é instituído à cultura local e nela se perde, com inúmeros prejuízos subjetivos. Sua saúde mental está em perigo.

Diante de discursos dos quais muito se “sabe”, mas pouco se pensa, o trabalho de intervenção psicológica através de ações práticas em conjunto com as presas de uma prisão faz-

se essencial para promover e, antes mesmo, prevenir sua saúde integral. Muito trabalho há a se fazer, porém, sem foco nada fazemos. Por essa razão, após a observação de prejuízos sociais na ala feminina, se deu a intenção de realizar o trabalho de ouvir, dar apoio, orientação e respaldo às presas em suas relações interpessoais. O trabalho em grupo, com todas as presas que desejassem participar dos encontros, almejou alcançar o diálogo e reflexão sobre as diferenças encontradas entre as integrantes para uma melhor convivência.

Apresenta-se no contexto prisional toda diversidade cultural e excludente que é vivenciada no cotidiano de alas e celas entre pessoas diferentes que precisam conviver entre si. Criam-se regras de convivência assim como as criadas em meio a sociedade, descrita como regras de moralidade; porém, para muitos presos, essas regras já foram anteriormente desrespeitadas, em geral, pelo reflexo do poder dos dominantes sobre os dominados e, agora, eles tendem a lidar com outras regras sociais e disciplinadoras em seu presente, estando todos em constante aprendizagem a partir de seu social. Do mesmo modo, no ambiente prisional, persiste a influência advinda do sistema capitalista e de toda sua estruturação na sociedade, persistindo os aspectos instigantes dos conflitos sociais já existentes quando o sujeito estava em sociedade através do preconceito para com o outro, fazendo prevalecer as problemáticas relacionadas ao desrespeito dos direitos humanos que acaba por provocar uma confusão da subjetividade e dos papéis dos sujeitos.

## **1.2. Formulação do problema**

Mediante as informações iniciais, surgidas de observações e escutas em atendimentos psicológicos já realizados, este trabalho teve início com a problemática de como a diversidade cultural é encarada e respeitada (ou não) no contexto prisional. Nesse sentido, levantamos a seguinte questão que norteia esta pesquisa: como a diversidade cultural, existente em um presídio de Minas Gerais, é encarada e respeitada no seu cotidiano de convivência?

## **1.3. Objetivo Geral**

- Identificar as problemáticas geradas a partir do preconceito, pelas diferenças encontradas entre as presas no próprio ambiente prisional e conscientizá-las disso, possibilitando um convívio melhor.

## 1.4. Objetivos Específicos

- Possibilitar um espaço para acolhimento e reflexão acerca de temáticas que envolvem os sujeitos e suas relações por meio de dinâmica e técnicas lúdicas;
- Identificar e analisar, através da livre expressão, os fatores psicossociais de risco e de proteção existentes no ambiente de convivência das presas;
- Cooperar na reestruturação de planos e expectativas através de assistência, intervenções e mediações sobre problemáticas individuais e coletivas, com base nos conhecimentos psicológicos teóricos e práticos.

## 1.5. Justificativa

Há muito tempo tem sido ressaltada a importância da inclusão social dos sujeitos que foram, há muitos anos, rejeitados e excluídos da sociedade, por motivos resultantes de má informação, preconceitos, inflexibilidade, etc. Compreendemos que a desigualdade não está no desigual, mas na situação criada com o respaldo de se proteger do diferente. As representações sociais são constituídas a partir do que se mostra diferente para a comunidade social, à qual, sem referências, tem a abertura para uma qualificação social positiva ou negativa a respeito do fenômeno diferente (Jodelet, 2001). O fato de esses sujeitos colocados à parte da comunidade social, é o que denuncia a diversidade cultural existente e que é o foco dos direitos humanos em favor do olhar igualitário entre cidadãos. Com a ideia de que tanto a criação como a transformação das representações sociais partem do cotidiano da própria sociedade, podemos buscar possibilidades de prover a interseção dos povos ao buscar alternativas políticas, sociais e educativas que favoreçam os indivíduos segregados, através do reconhecimento da constituição da diversidade cultural e sua colaboração.

No âmbito prisional, como parte da influência sociocultural, a partir do estado de cumprimento de pena, as pessoas continuam sendo desrespeitadas quanto às suas crenças, ideias e valores. A integridade do sujeito torna-se prejudicada por não haver espaço para que se desenvolva. O sujeito é menosprezado e insignificado em sua essencialidade, sofrendo repercussões da deterioração de sua personalidade. O ser humano aprende a partir de ideias que ele mesmo constrói em suas diversas relações sociais, logo, o ambiente da prisão não justifica o julgamento binário entre melhores e piores, mas antes, torna-se um possível local de convivência para aprimorar o respeito pela diversidade cultural.

A partir dessas problemáticas e da ideia de ressocialização, o trabalho psicológico realizado no ambiente prisional com presas tem seu valor profissional e também educativo, por possibilitar espaço para o trabalho reflexivo, crítico, pensante e dar apoio para que as subjetividades em jogo sejam preservadas em sua particularidade e, conseqüentemente, haja melhoria na convivência entre as presas.

A importância social deste trabalho está no que seu resultado poderá produzir, primeiramente, por manter o sujeito saudável em sua integridade e possibilitando a ele o bem-estar para com os demais de sua vivência, em segundo, indiscutivelmente porque esse sujeito, hoje preso, se tornará sujeito livre amanhã e, de volta à sociedade, precisará conviver em sociedade.

Por este trabalho, pretendemos buscar ações propícias a frutificar transformações a nível social, um dos emaranhados caminhos a possibilitar novas aberturas e buscas nesse sentido, enfatizando assim, sua relevância científica, social e profissional.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Na atual realidade científica brasileira, muitos trabalhos têm sido realizados a favor da denúncia e do reconhecimento dos excluídos socialmente, como os de Foucault, Goffman, Moscovici, Simões, Sousa Júnior, Pulino, Nascimento, Delmondez, Ormeño, dentro outros. No presente trabalho, procuramos sintetizar o histórico da realidade dos excluídos, a fim de transcrever alternativas possíveis para essa parte da população.

Para tanto, citaremos, a seguir, a constituição da diversidade cultural; em seguida, suas repercussões, na sociedade brasileira, com os direitos humanos; logo após, sobre o gênero mulher na sociedade e, por último, os fatores de risco e proteção existentes no âmbito prisional referente à mulher presa.

### **2.1. Diversidade Cultural**

O Brasil existe, tal como é, pela pluralidade cultural e tem seu histórico marcado por diversos conflitos culturais, seja pela resistência dos povos, seja pela insistência dos colonos, conseqüentemente, obtivemos contribuições dos diversos povos que do nosso país participaram. Essa contribuição "se expressa em nossa aparência, em nossas crenças, nas palavras que usamos, em nossos costumes, religiões, nas artes plásticas, na música, na dança" (PULINO, 2014-B, p. 08). A diversidade cultural emerge da disposição dada pela globalização, com a busca de alcançar a homogeneidade entre as sociedades, que acabou por resultar na disparidade de suas diferenças socioculturais fundamentais.

A resistência cultural é motivo gerador da diversidade em que, buscando uma especificidade de representação social, pode-se aplicar ao julgamento de valores, positivos ou negativos, aos demais (FIGUEIREDO, 2013). A parte da sociedade que recebe julgamento negativo, por suas diferenças culturais, pode ser denominada de segregados. "Esse outro tem aparecido por meio de inúmeras facetas: o outro é o outro gênero, é a cor diferente, é a outra sexualidade, é a outra raça, é a outra nacionalidade, é o corpo diferente" (SILVA, 2007, p. 06).

No mundo contemporâneo, na vigência da globalização múltiplas culturas se tornaram visíveis e, conseqüentemente as suas diferenças. Essas indiferenças traduzidas pelo medo do desconhecido, fundiu a 'organização da sociedade' que, para Firth (1974, p. 41), "implica algum grau de unificação, ou união de diversos elementos numa relação comum", ou seja, os povos foram divididos em classes, de modo que uma dada cultural é tida como certa e através do

sistema de poderes que ela se agrega, somente com a homogeneização dos povos teria a possibilidade de todos os seres humanos obterem igualdade de direitos e deveres. A dominação etnocêntrica faz com que pessoas de diferentes culturas e origens étnicas, confrontam-se com religiões, costumes, línguas, crenças e práticas. A visão etnocêntrica dificulta o processo de pensar a diferença pelo medo que o diferente emana, pelo medo de se destruir uma cultura “certa” do que buscar agregar a ela novos costumes (ROCHA, 1994).

A dinâmica econômica e política da globalização reorganiza o mundo e aproxima populações, promovendo encontros regidos pela lógica de relações desiguais e combinadas. (PULINO, 2014-C). O conceito de diversidade cultural é dado pelo "grito" do diferente que, há alguns anos são identificados como excluídos pela sociedade, buscando-se agora por sua "convivência" entre seus pares. A diversidade cultural para Pulino (2014-B, p. 7):

Se instaura com a proposta de uma nova ética do humano, ressalta a presença do diferente, do outro, da diversidade, de múltiplas culturas. Com ela, uma nova perspectiva política propõe-se a alterar as relações de poder na sociedade, na escola, entre gerações, nas relações de gênero, entre diferentes culturas e nas relações sócio afetivas.

Para falarmos da diversidade cultural e do ser humano constituído culturalmente é importante refletirmos sobre o que entendemos por cultura, considerada pelo modo como o sujeito convive em sociedade e de tudo que ele precisa para efetivar sua existência. Ela compreende tudo quanto é interligado à vivência humana, às coisas e relações sociais. É a reciprocidade do ato humano com o outro. Segundo Andrade, Battini e Zômpero (2009, p. 110):

A cultura surge das relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio em que vive, em busca de formas de sobreviver. Podemos falar que a cultura tem uma relação tão intrínseca ao homem, que pode-se chegar a afirmar que não existe ser humano sem cultura. O homem é produto e produtor da cultura.

A cultura é como as pessoas, individualmente e em instituições, correspondem às suas próprias necessidades e desejos simbólicos. A constituição desses símbolos e signos, ou seja, o sentido de vida buscado por indivíduos a partir de suas ações que, pela cultura, se unem com as mesmas ideias e crenças. A existência da diversidade cultural se dá por nós humanos precisarmos da cultura para sermos humanos; mesmo antes de existir no mundo, o sujeito é acolhido “por significações históricas e culturais, como valores, ideias, práticas, de que ela se apropria de maneira original e pessoal, ainda que contextualizada em um campo de significações disponíveis na cultura” (PULINO, 2014-A, p. 04). Assim, quando fazemos parte do mundo, ele também já é parte de nós. Precisamos ser cuidados por alguém que detém de

conhecimentos necessários para nos fazer sobreviver e aprendemos com esse alguém que aprendeu com inúmeras outras pessoas em sua vivência social.

A cultura é uma forma essencial de nos tornarmos humanos, porque ela faz parte do mundo social. Sem ele, o ser humano não se pode dizer humanizado. Visto isso, cada diversidade cultural pode ser vista como certa para determinado povo, que nas suas relações denominam a forma de convivência entre si. Sobre isso, Pulino (2014-A, pp. 3-4) refere que "somos seres históricos, que nos construímos na cultura e na concretude de relações sociais" e "da mesma forma que o próprio mundo vai se modificando a partir dessas relações".

Nossas relações modificam-se de acordo com as mudanças que provocamos e transitamos na história humana: "como a história, a cultura e a sociedade em que nos constituímos como humanos estão, elas mesmas, em constante processo de construção e reconstrução, graças a nós próprios, que as modificamos" (PULINO, 2014-B, p. 03). Com essa aplicabilidade, os sujeitos sociais, segundo Moscovici (2007), buscam seu lugar social a pertencer que esteja relacionado à ideia de identidade e pela necessidade de serem diferenciados entre si através de sua participação nos diferentes papéis na sociedade. A sociedade é separada em grupos sociais menores, de acordo com a cooperação social, determinando-se o grau de responsabilidades sociais e, conseqüentemente, modelando-se como se darão as relações entre os sujeitos. Denuncia-se, assim, a influência cultural que a organização da sociedade controla.

Nos dias de hoje, se de um lado há uma disseminação no campo da educação com uma abordagem em prol da tolerância e do respeito para com a diversidade cultural; por outro, é esperado a resistência de atitudes de violência contra as pessoas que se encontram fora dos padrões e das normas culturais da sociedade em que se vive. Essa violência é devido à característica diferente que traduz o medo do desconhecido. "Essa discriminação opera mediante a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais, sociais e educacionais" (DINIZ; LIONÇO, 2009). Assim, a diferenciação dos membros de uma sociedade se dá, também, a partir da auto-referência convertida em obsessão de hetero-referência, que segundo Nascimento e Delmondez (2014-A, p. 03):

A construção da diferença pode ser explicada a partir da identidade. Primeiramente, esta alude a um processo de auto-referência e de preservação de um "eu" que se contrapõe ao outro, o diferente do "eu ou de um "nós" que se vê ameaçado pela diferença.

As diferenças traduzem o medo do diferente, que fora de mim é desconhecido, mais especificamente "medo de não ser mais o 'eu' que conheço". Por alguns sujeitos expressarem

o desconhecido, são em si a representação do medo para as pessoas ao seu redor e acabam por incorporar os estigmas de repulsão (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2011). Nesse sentido, os sentimentos de diferença são expressos através de diversas formas de preconceito: machismo, racismo, homofobia, xenofobia, irracionalismo, entre tantas outras formas. Contudo, a “prática de desigualdade de forças entre os sujeitos, porém, tratam de práticas que precisam ser abolidas, rejeitadas e desnaturalizadas e, além disso, vistas a partir de um enfoque político” (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014-A, p. 07). A diferença é representada pelas identidades de grupo e a noção abstrata de indivíduo – homem branco possuidor de renda – é considerada norma padronizada, isenta de traços coletivos, potencializando a individualização dos sujeitos na sociedade.

Em tudo que o ser humano participa, necessita ser com o outro para transformar seu meio social. Eis a importância de fortalecer os elos sociais atrelados às inter-relações de seres humanos que, por si só, são seres e pelo outro são humanos. O outro se faz presente não só em termos de sobrevivência, mas em todo o processo de desenvolvimento do ser humano. Para tratarmos das diferenças e desigualdades, junto à concepção de diversidade cultural, precisaremos discutir a relação dela com os direitos humanos, que demonstra a necessidade que pertence a todos os seres, direito de ser tratado como humano.

## **2.2. Direitos Humanos**

Deleuze (1992) vê os direitos humanos como ilusórios – não abrangeriam os direitos que as pessoas dignas possuiriam – para os que estão fora da normalidade social esperada, vistos como marginais e desviantes. A estes, os direitos e a dimensão humana, sempre foram e continuam sendo negados, pois tais parcelas foram produzidas para serem vistas como “subalternas” ou não pertencentes ao gênero humano (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008, p. 92). Para Sousa Júnior (2015-A), o relevante da dinâmica de tensão entre universal e fundacional é que uma cultura fundacional se eleva como universal por suas ideias dominantes sobre as demais. Ele menciona Santos (2013, p. 08), que diferencia a ideia de universal de fundacional: “universal é aquilo que quer se afirmar como válido independentemente dos contextos, em todos os tempos e lugares, ao passo em que o fundacional, pelo contrário, representa uma identidade específica que possui memória, história e raízes”.

Essa forma de utilizar o poder como a cultura dominante, traz duas faces de uma ideologia de superioridade: uma que seu funcionamento é o certo, que todos que buscarem a

melhor forma de viver terão de chegar a ser como os sujeitos dessa cultura e outra, que esta cultura está apenas possibilitando, de forma solidária e benevolente, caminhos para que as demais sejam tão boas quanto, e sua proposta de universalização passa a ser vista como caridade, para que as demais venham se unir a elas em sua modernidade e qualificação civilizada (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JÚNIOR, 2014). Os direitos humanos são desrespeitados enquanto poderiam a partir deles proporcionar melhor desenvolvimento humanitário em ambas e quantas culturas existirem em determinado espaço e tempo.

E quando ocorrem, de fato, os direitos humanos na vida em sociedade? No decorrer da história, podemos vislumbrar inúmeras lutas em favor do respeito aos direitos humanos que, após sua própria existência termológica, pouco pode ser visto nas situações concretas e que, por isso, foram necessários movimentos a favor deles. Para Sousa Júnior (2015-B, p. 12), com os movimentos sociais, surgiram:

[...] novos sujeitos coletivos de criação e criatividade constitutiva de direitos que, advindos de outras esferas sociais e representativos da diversidade étnico-racial, cultural, geracional, de gênero e sexualidade, disputam e transferem poder ao trazer para a cena política novas concepções de mundo e experiências sociais antes ausentadas, por diversas formas de violência física, simbólica e institucional, dos espaços de deliberação sobre a política, os direitos e organização social e econômica do país.

Os direitos humanos passaram a se concretizar nas sociedades por parte dos sujeitos isolados e mantidos fora de seu vigor. Para Lyra Filho (1986), os movimentos sociais tratam-se dos direitos humanos exigidos pela prática social emancipatória, onde são fundamentados, conscientizados e reivindicados pelo povo em processo de libertação; assim, não se referem somente aos que já são constatados nas declarações legais, mas, também, aos que vão surgindo durante o processo libertário. O histórico de lutas sociais por direitos ser um paradigma que coopera na compreensão dos direitos humanos para além da esfera legislativa:

Trata antes de garantir a eficácia dos processos de luta pela dignidade, ao invés de apenas revesti-los da forma jurídica e seus efeitos ambivalentes. [...] Para além da forma jurídica, portanto, os sistemas de garantias dos direitos humanos devem assumir também formas concretas: políticas, econômicas, culturais e sociais. (SOUSA JÚNIOR, 2015-A, p. 09)

A questão da ilimitação de transformações na vida humana possibilitou a organização dos direitos humanos de acordo com uma evolução humana contínua, ou seja, sendo modificáveis no tempo. Por essa razão, eles não são as fundamentações apresentadas em declarações, embora requerem o político para sua efetiva implementação e para não ficarem em

meros ideais abstratos" (FLORES, 2008, p.12). A ideia é impulsionar o entendimento de que a luta pelos direitos humanos ocorre antes mesmo dos documentos legislativos.

Os direitos humanos são lutas sociais concretas da experiência de humanização. São, em síntese, o ensaio de positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem. (SOUSA JÚNIOR, 2000, p. 183)

Sousa Júnior (2015-B, p. 07) reafirma essa busca pelo reconhecimento da vigência dos direitos humanos, independentemente de sua declaração em constituições, leis ou tratados internacionais, “exatamente porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana, exercidas contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não”.

A ideia de Rubio (2015) mencionada por Sousa Júnior (2015–A) sobre a visão de que o povo brasileiro tem a maior força do funcionamento do sistema e, por isso, pode demonstrar e exigir que todos tenham o mesmo tratamento independente de recursos legais, mas pelos direitos inerentes à vida do homem e mulher dignos. Esse movimento já traduz a luta necessária, de tempos em tempos, pela diversidade brasileira. Do contrário:

Deslegitima-se, assim, a capacidade da sociedade civil para implementar um sistema de garantias, não único, mas plural que, dentro ou fora do marco legal, protege e defende direitos historicamente conquistados, ainda que debilitados por diversas circunstâncias, além de novos direitos que a ordem política e econômica não se dispõe a reconhecer, por se considerar ameaçada. A isso se soma o recorte da capacidade soberana popular por meio de um conceito também restritivo de democracia, reduzida à representação partidária e à eleição, sob a abissal separação entre os governantes que mandam e os governados que se limitam a obedecer. (SOUSA JÚNIOR, 2015-A, p. 10)

A partir dessas considerações, denota-se que o processo de instituição dos direitos humanos é essencialmente infinito em suas possíveis repercussões sociais, culturais, políticas e econômicas, não se limitando às conquistas até hoje obtidas. Com esse entendimento, Escrivão Filho e Sousa Júnior (2014) fala sobre o processo dos direitos estarem relacionados tanto à sua construção como sua desconstrução, a partir de como se dá as transformações em nível social e político na história de cada sociedade.

Dentro da realidade da problemática social brasileira, Flores (2008, p. 28) sobreavisa a necessidade de reinventar os direitos humanos por aumentar as diferenças entre classes sociais brasileiras, para questões das diversas áreas em favor de acesso igualitário ao que torna concreto a dignidade humana, não somente com os movimentos sociais. Para o mesmo autor, é importante que as pessoas, grupos e movimentos sociais se preparem e capacitem para lutar

com ferramentas capazes de garantir a conquista da dignidade e para isso menciona que, após conquistado a dignidade, precisa garanti-la por “políticas públicas, normas jurídicas e um sistema econômico apto para incorporar as necessidades da dignidade”. Para a preparação das pessoas nessa busca, é ideal as práticas de educação em direitos humanos (EDH), em quaisquer instituições sociais produzidas pelos indivíduos brasileiros e em suas relações sociais. A educação e a cultura em direitos humanos visa:

À formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade. (PNDH-3, p. 150)

Santos (2006 *apud* SOUSA, 2015, p. 13) propõe para o respeito da diversidade:

[...] a interculturalidade dos direitos humanos, um exercício de diálogo intercultural que permite a troca entre saberes distintos, envolvendo diversas culturas com seus universos de sentido diferentes. Como resultado, surge uma concepção híbrida de dignidade humana capaz de traduzir os sentidos múltiplos das culturas incompletas, pautados no princípio da igualdade aplicado a partir do princípio do reconhecimento de diferenças.

Trabalhar essas diferenças não é tarefa fácil. Faz parte de processos que podem ser constituídos na sociedade em geral. Usufruímos de elementos necessários para manter, promover e defender os direitos humanos, como necessariamente reconhecer as diferenças ao desenvolver a tolerância pelo conhecimento, criar espaços para as vozes silenciadas, fomentar a criticidade dos sujeitos quanto às problemáticas sociais com a apreensão de sua história sociocultural e também sua criatividade e autonomia em determinar novos caminhos para a repercussão dos direitos humanos “tão meus e tão seus”. Para Magendzo (2006, pp. 24-25):

A EDH deve ser uma educação em valores, tais como a tolerância, a não discriminação e o respeito à diversidade, pois os direitos humanos estão referidos a uma plataforma moral que inclui além desses, “a dignidade humana, a liberdade, a justiça, a solidariedade, a aceitação do outro como um legítimo outro e o pluralismo”. Essa compreensão remete à ideia de formação em virtudes fundamentais que possam sustentar uma convivência solidária, pacífica e educativa.

A Resolução 2004/71 da Comissão de Direitos Humanos fomenta que cada pessoa compartilha da responsabilidade de conseguir que os direitos humanos sejam uma realidade, em cada comunidade e na sociedade em seu conjunto. Dessa forma, contribui-se para a prevenção de abusos de direitos humanos e de conflitos violentos para a promoção da igualdade

e o desenvolvimento sustentável e para o aumento da participação das pessoas nos processos de adoção de decisões dentro dos sistemas democráticos (UNESCO, 2009). Coimbra; Lobo; Nascimento (2008, p. 93) consideram que os direitos humanos sejam obtidos “pelas práticas sociais solidárias e de alteridade que reafirmam os sujeitos: “garantir e afirmá-los como diferentes modos de sensibilidade, diferentes modos de viver, existir, pensar, sentir; enfim, diferentes jeitos de estar e existir no mundo”.

Essas ações em conjunto, trabalhadas em favor do protagonismo dos indivíduos antes silenciados, tornam-se equipamentos essenciais para os percursos emancipatórios. Com elas, procura-se:

[...] restituir a confiança no poder de quebrar as algemas que aprisionam os sujeitos sociais em meio às opressões e espoliações que o alienam na história, e os impedem de exercer a capacidade de transformar seus destinos e de conduzir a sua própria experiência na direção de novos espaços de emancipação. (SOUSA JÚNIOR, 2015-A, p. 18)

Parece pertinente que a constituição dos direitos humanos seja identificada a partir da reflexão emancipadora, libertadora, abrindo margem do questionamento acerca da vida humana em sociedade (ESCRIVÃO FILHO; SOUSA JUNIOR, 2014). Dessa forma, o caráter histórico da “construção dos direitos humanos se realiza no tempo presente, na luta diária para manter, afirmar e criar novos direitos dentro de contextos de desigualdade, exclusão e opressão” (SOUSA JÚNIOR, 2015-A, p. 12).

Vale-se lembrar que os direitos humanos podem ser efetivados por diversas facetas, resultando de lutas sociais pela dignidade, dirigidas ao empoderamento dos seres humanos, aumentando sua estima de atuar e de reagir diante de seus entornos de relações. Lyra Filho (1986, p. 307) confirma essa afirmação quando lembra que “o Direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação”. E, como defendia Baruch Spinoza, em pleno século XVII, “a política deve nos servir para reforçar nossa capacidade genérica de ação e reação diante do mundo” (FLORES, 2008 *apud* SOUSA JÚNIOR, 2015-A, p. 17).

### **2.3. Mulher**

Abordaremos neste capítulo aspectos do gênero mulher e fatores de risco e proteção relacionados à privação de liberdade quando ingressas no sistema prisional. Temas como historicidade, gênero, escolarização, trabalho, subjetivação, fatores de risco e de proteção para uma boa qualidade de vida social, entre outros. Como a mulher trata-se de um sujeito em

transformação social, os elementos direcionados à sua representatividade social não possuem, aqui, um ordenamento essencial entre si, articulando-se mutuamente.

### 2.3.1. Mulher e Gênero

A mulher constitui parte da diversidade cultural e ocupa este espaço pelo levantamento que aspectos que lhe foram identificados através da diferenciação dos gêneros. Ela ocupa uma posição preferencial da violência no mundo inteiro, incluindo sua significação na história humana por representações sociais criadas para o gênero mulher. Faremos apontamentos históricos sobre a mulher com a intenção de ressignificar como a mulher é mulher hoje.

Duas histórias disseminadas pelo ser humano, no tempo, adquiriram novos sentidos e interpretações: (a) o mito de Pandora da mitologia grega, a história conta que Zeus zangado com Prometeu por ter entregue ao homem o fogo que pertencia somente aos deuses, envia-lhe sua filha Pandora para ter como mulher, mas Prometeu não a aceita e seu irmão Epimeteu a tem como sua mulher que, por atitude de curiosidade abre a caixa que ganhou de seu pai e faz com que se espalhe no mundo os males que os seres humanos ainda não conheciam como a senilidade, a insanidade, a doença, a inveja, a paixão, o vício, a praga, a fome, a guerra, a mentira, os roubos, o ódio, o ciúme e tantos outros que tornaram miserável a existência dos seres humanos, restando na caixa, pelo ato de Pandora fechá-la rapidamente, a esperança, graças à qual os seres humanos conseguem enfrentar todos os males e não desistem de viver; e (b) de Eva da Bíblia Sagrada (1969), em que, a mulher enganada e envolvida pela mentira de uma serpente, no jardim do Éden, toma a atitude de comer o fruto da árvore da vida, antes proibido pelo Criador, Deus, e faz com que seu companheiro Adão também o coma, por isso, desperta a ira de Deus que castiga a ela e a Adão e toda sua descendência com os males da vida. Beauvoir (1980), cuja obra é de anos anteriores aos atuais, em citação sobre essas histórias, ainda hoje as resume de modo sucinto como as mulheres sendo a perdição para o homem e responsável por todos os males proporcionados à humanidade. Com base nessas histórias:

Aponta os relatos sobre a criação da mulher como um ato de localização como categoria secundária, posterior à criação ou existência dos homens [...] estabelecem a mulher como a origem daquilo que se pode denominar “a condição humana”, ou seja, a introdução da morte e do mal no mundo. (PANTEL, 2003 *apud* SIMÕES, 2008, p. 39).

Dessa forma, o entendimento de que a mulher levou o homem a pecar e, com sua persuasão, condenou toda humanidade ao desastre, adquirindo papéis diferenciados dos homens

desde então, teve força para culminar nas culturas e definir a ela um estatuto inferior, de um ser vulnerável e, ao mesmo tempo, persuasivo. A culturalização dessa representação social ainda persiste pela naturalização desses papéis, a fim de manter o homem no controle.

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita sempre no contexto de uma cultura [...] as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2007, p. 15)

De acordo com Simões (2008), na Idade Média, na perspectiva espiritual, a carne é o suporte dos males, do pecado, residência da alma e a mulher, sendo a representatividade da carne pelo cristianismo, traz consigo o mal. No universo do poder masculino, papa, padre, rei, a mulher habita o território do perigo. Porém, no seguimento cristão, a mulher trouxe consigo também a contraversão, quando representa o sagrado, como mãe, portadora do Salvador da humanidade. Acrescentam-lhe características do gênero reprodutor, que perpetua a espécie humana. Percebe-se como a necessidade de uma distinção dos papéis entre homens e mulheres formam a dicotomia de dominador e dominado em função dos gêneros.

Apesar da mulher arcar com esses estereótipos históricos, o modo como a história da humanidade se sucedeu pode ser vista em outros ângulos a quem assim lhe permitir, como Pantel (2003) retrata o livro de Gênesis com a história de Adão e Eva na Bíblia Sagrada (1969) como “um texto que traz a mulher e o homem marcados pelas suas diferenças como a razão de todo o resto a existir no mundo” (PANTEL, 2003 *apud* SIMÕES, 2008, p. 40).

Apesar disso, a concepção da mulher ser postulada como a responsável pelo pecado original trazidos à humanidade (SIMÕES, 2008, p. 40) ainda persiste fragmentos históricos que procuram justificar sua posição de rejeição quando sofre com as desigualdades de gênero.

Nos tempos atuais, a questão de gênero da mulher foi se modelando em relação às necessidades de tempo e contexto. Hoje em dia é comum ver a imagem da mulher como ser que remete aos cumprimentos dos prazeres carnavais do homem, em propagandas e músicas, o que incentiva e prevalece a constatação da mulher como submissa às necessidades do homem desde os tempos remotos. Outras atitudes mais habituais favorecem a essa submissão quando acentua o homem como viril e dono da força. Essas ações podem demonstrar como, meninos e meninas, em fase inicial de construção da identidade, lhes correspondem e criam comportamentos a partir do primeiro entendimento que têm da construção de gênero social e cultural que pode ser demonstrado por Citelli (2001, p. 03):

Estabelecer a distinção entre os componentes – natural/biológico em relação a sexo e

social/cultural em relação a gênero – foi, e continua sendo, um recurso utilizado pelos estudos de gênero para destacar essencialismos de toda ordem que há séculos sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente.

Em algum tempo da história da humanidade, foi decidido naturalizar não somente os papéis biológicos entre o homem e a mulher, mas também sociais. Com isso, a mulher sendo o outro, o diferente que assombra o homem e o fragiliza e que, por isso, lhe causa apreensão, passou a ser tratada como inferior, quem precisa de cuidados, porque por si só não era capaz e, tutelada pelo homem, este lhe dominou. Podemos imaginar que uma decisão dessa não seria aceita por todas as pessoas, mas, dinamizada através da cultura, tornou-se caminho para a naturalização (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014-B, p. 04). Por esse mistério, o texto "A autoridade" de Galeano (2006, p. 11) faz um sentido análogo à realidade imposta às mulheres:

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiavam as peles de abrigo. Assim, era a vida entre os índios onas e os yaganes, na terra do fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las. Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

Esse processo dado como histórico-cultural, para Nascimento e Delmondez (2014-B, p. 05), “a naturalização dos papéis de gênero é um dos grandes entraves e dificultador para a modificação das relações entre homens e mulheres. Esse movimento de dominação pelo homem é chamado de misoginia, em que, menosprezam as mulheres por serem mulheres, tirando-lhe direitos, autonomia, fazendo-lhe dependentes e até prisioneiras. Essa lógica social não encontra fundamento, senão pela perpetuação da dominação.

Atualmente, muito tem se estudado sobre os gêneros e concluído que os aspectos que um dia levaram a mulher à submissão são modificáveis por ser construídos culturalmente, apesar de dificultado pela naturalização. O gênero, necessariamente, deve ser pensado além de suas diferenças ou igualdades, e analisado a partir das relações de poder socioculturais.

Esse sujeito, mediante as complexas mudanças na modernidade, vai ser justaposto ao sujeito sociológico. Neste modelo, o sujeito ainda possui um eu essencial, mas este eu interage com o mundo social, com as influências externas, a identidade aqui passa a ser aquilo que surge entre o interior e o exterior deste sujeito. (SIMÕES, 2008, p. 44)

A partir desse ponto, podem ser pensadas práticas de observação, atenção e

favorecimento da crítica dos argumentos biológicos e sociais para se propor a desnaturalização dessas representações sociais da mulher a fim de desmitificar o chamado “segundo sexo”, a categoria inferior àquela composta pelos homens (SIMÕES, 2008). Para a efetivação dessas mudanças, o desafio é proposto a ser encarado pela gama de imposições aos direitos humanos dos mais diversos sujeitos excluídos na sociedade, representados pelos movimentos libertários de suas identidades e de seus direitos sócio-políticos. Movimentos pioneiros se direcionaram à modificação das representações sociais das mulheres em favor de sua emancipação, ou seja, reestruturação de sua realidade, ao tornar a mulher da posição de submissão a dona de si mesma, sendo capaz de obter um estilo de vida social assim como o homem, protagonizadora de seus estudos, trabalho, cuidado com a família e de si mesma. Inicia-se a conquista pelos direitos anteriormente negados por questão de gênero.

As teorias feministas mais tradicionais tendem a criar um sujeito feminino como a mulher universal (SIMÕES, 2008). Procura-se explicar as diferenças mais biológicas entre homens e mulheres e cria-se “a busca por uma política das mulheres, uma escrita das mulheres, uma pintura das mulheres, trazia estas a uma esfera separada e também deixava de lado os questionamentos de quem são estas mulheres” (p. 49). Para Mariano (2005, p. 489):

As tentativas das feministas para construir um sujeito político feminista universal, buscando uma base comum entre as mulheres, receberam críticas das feministas negras e latino-americanas, das feministas dos países de Terceiro Mundo e das ex-colônias e das feministas lésbicas. Trata-se da crítica ao feminismo branco ou dominante, colocando em questão 'o que é ser mulher' e denunciando que a unidade entre as mulheres também é excludente, opressora e dominante.

Constituir as mulheres em um só grupo não seria extingui-la de suas pluralidades? Para a autora Scott (2005, p. 12) existe um paradoxo nessa questão, pois:

Não existem soluções simples para as questões debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos, significa perder o ponto de suas interconexões.

Nesse sentido, podemos pensar a tensão entre os gêneros homem e mulher devido as relações de política e poder. Emanada deste poder único a limitação do outro e a sua não participação nos acontecimentos como estabelece uma cultura universal, criam-se diferenciações no tempo e nas sociedades, das quais incidem em formas de exercer poder sobre grupos (SIMÕES, 2008).

Surgem inúmeros trabalhos relacionados à mulher, porém, o processo vai tomando outras modelações e necessidades. Siqueira (2008) ressalta a importância da incursão por

estudos micropolíticos, análises do cotidiano e modos-de-vida, sem desconsiderar aspectos macroestruturais, preconizando práticas mais próximas ao público, para que se faça conhecida sua realidade, novas alternativas e ações de ressignificar o gênero mulher em sua pluralidade. Entretanto, forças persistentes para inferiorizar as mulheres representam suas maiores dificuldades, refletidas no seu dia a dia na atualidade, pela busca de reconhecimento como um ser diferente em características e singularidades, porém iguais em direitos e deveres.

Essa dimensão instituinte e como processo de luta, os direitos humanos com sua dimensão política, sócio-histórica, processual, dinâmica, conflitiva, reversível e complexa são práticas que se desenvolvem cotidianamente, a todo o tempo e em todo lugar e não se reduzem a uma única dimensão normativa, filosófica ou institucional, nem tampouco a um único momento histórico que lhes demarque a origem. (SOUSA JÚNIOR, 2015-A, p. 11)

### **2.3.2. Fatores de Risco e Proteção à Mulher Presa**

Nesse tópico, serão destrinchadas as reais dificuldades impostas pelo sistema prisional às presas que se tornam parte dele e, conseqüentemente, o têm como parte de si, incluindo os fatores de risco e de proteção neste contexto.

Os fatores de risco podem ser explicados como elementos que, se presentes na vida das reclusas, favorecem problemas de desordem comportamental ou emocional (GARMEZY, 1995). Ormeño (2013) os dividem em quatro áreas: (a) Condições individuais de ordem biológica e/ou genética; (b) Relacionamentos, por exposição a violência, disciplina via punição corporal, temperamento; (c) Comunidade, pela tolerância, desemprego, pobreza, violência, desigualdade social e de gênero, falta de serviços de apoio à família, tráfico de drogas; (d) Sociedade, através das políticas sociais, econômicas, de saúde e educação, glorificação da violência, gêneros rígidos, pornografia e trabalho infantil, etc.

Os fatores de proteção podem ser compreendidos como aspectos na vida da presa que possibilitam a modificação e melhora da resposta a algum perigo, mantendo sua integridade como sujeito, seja de ordem biológica, comportamental ou emocional. Estes fatores podem ser encontrados na escola, na família e na comunidade (MAIA & WILLIAMS, 2005).

Ambos os fatores estão interligados, tanto as condições individuais quanto as sociais, nas mais diversas interações a partir do sujeito em si mesmo e com os outros. No entanto, autores como Zavaschi (2009) e Brino et al. (2011), alertam que a acumulação de fatores de risco se sobrepõe aos de proteção quando ocorrem com o sujeito em um mesmo contexto, colocando-o em situação de vulnerabilidade.

Os fatores de risco e proteção são conceitos utilizados para definir variáveis ambientais, cognitivas ou da personalidade que afetam a vida das pessoas ao longo do desenvolvimento, de forma a protegê-las de envolver-se em comportamentos de risco, ou influenciá-las a ter tais comportamentos. (ORMEÑO, 2013, p. 171)

Vamos iniciar com os riscos enfrentados pela mulher que pode levá-la à prisão. Em relação ao modo de vivência social, alicerçados aos estigmas do gênero mulher, esta se tornou a pessoa ‘certa’ para o uso dos poderes sociais e dos homens, no crime, devido à sua vulnerabilidade. Aqui podemos citar a mulher envolvida em práticas ilícitas geralmente pelo seu envolvimento emocional com um parceiro ou proteção de familiares, principalmente os filhos. Outra situação supostamente apresentada é a questão de a mulher buscar sua autonomia financeira, adotando papel de provedora do lar, pela necessidade de cuidar dos seus, escolaridade inferior, falta de trabalho, desigualdade salarial entre homens e mulheres, e acabar por se envolver no mundo do crime. Segundo Pimentel (2008, pp. 3-4):

A forma como as mulheres compreendem os seus papéis nas relações afetivas as leva a não se reconhecerem como criminosas quando se tornam traficantes em nome do amor que sentem por seus companheiros e pela família [...] ainda que esse envolvimento seja esporádico ou relacionado ao uso de drogas.

Essas ações representam a correspondência das mulheres as representações sociais pré-determinadas e se unem com as responsabilidades adquiridas pela independência financeira. Quando em situações de risco para si e principalmente à família, se arriscam no crime. Foucault (1987) já focalizava essa relação sobre as diferenças de poder no qual o crime se insere de acordo com o lado em que a pessoa está no jogo de forças, conduzindo-a ao poder ou à prisão.

Nesse direcionamento, o Estado se exime de toda e qualquer responsabilidade por atribuir aos setores subalternos responsabilidades individualizadas sobre a disseminação da violência urbana, justificando ações punitivas de combate à criminalidade (FREIRE, 2005). Não são expostas às ausências de ações para abolir grande parte das desigualdades sociais, começando pela oportunidade de qualificação e um bom trabalho como modo de subsistência básica, ou seja, o desmantelamento das redes de proteção necessárias para o desenvolvimento da pessoa em seu social.

Contrariamente, estes indivíduos, sem contribuição social, são segregados pela máquina penitenciária, que vulnerabiliza ainda mais pessoas e grupos sociais oriundos de classes com baixo poder aquisitivo (RITA, 2007, p. 31). A falta de fatores de proteção deixa as

mulheres em situação de risco, individual, social e comunitário, sem auxílios para que se tornem resilientes às adversidades enfrentadas durante o decorrer de suas vidas, expostas ao caminho do delito, aparentemente mais simples ou mais fácil, porém, com poucas perspectivas positivas de uma vida digna e sem violência (ORMEÑO, 2013, p. 111).

Sendo a prisão feminina uma instituição recente, criada na década de 50, não houve planejamento de seus espaços, ficando a mulher sujeita a permanecer em locais destinados a homens. Nos presídios femininos brasileiros ou celas no interior de prisões mistas, ainda faltam espaços maternais e herdadas das demais prisões masculinas problemas com superlotação, falta de estrutura física e ventilação, higiene, falta de oportunidade de trabalho e estudo, inobservância do direito a exercícios físicos e recreação, conflitos interpessoais, estresse, ansiedade, sofrimento, deficiência na assistência médica, psicossocial, jurídica e religiosa, privação dos direitos políticos, ausência de visitas, tabu da visita íntima, violência, discriminação, fracasso na recuperação e reinserção da população carcerária, falta de ações contínuas voltadas a sua saúde biopsicossocial e políticas direcionadas às mulheres inseridas e egressas no sistema prisional. (GALVÃO; DAVIM, 2012).

Nesse sentido, a penalidade criminal torna-se fonte de sofrimento pela multiplicidade das penas engajadas na figura da mulher. Para Galvão e Davim (2012, p. 2575) “ocorre dupla penalização à pessoa do condenado: pena de prisão e o lamentável estado de saúde que este indivíduo pode adquirir durante sua permanência no cárcere”. Vamos versar nesta parte do trabalho sobre algumas dessas principais dificuldades apresentadas à mulher presa.

De acordo com Galvão e Davim (2012, p. 2577) “a deficiência encontrada no atendimento nas unidades do sistema penitenciário destinado aos homens se multiplica quando se trata de especialistas nas necessidades femininas”. A dificuldade encontrada para implementar o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), em muitas unidades prisionais, devido à falta de estrutura, equipamentos, recursos humanos qualificados, torna a saúde das presas prejudicada, insignificadora; a prisão torna-se um verdadeiro ambiente de riscos à saúde. Em decorrência dessas faltas, o controle e tratamento das DSTs, AIDS, prevenção de câncer, hipertensão, diabetes, tuberculose, pneumonia, dermatose, hepatite, exames de rotina como o preventivo de colo uterino e mama, uso de métodos contraceptivos e protetores contra doenças sexuais (muitas mulheres sequer usam ou nunca usaram qualquer método contraceptivo) são escassos e o que pode ser encontrado, apesar do prejuízo maior, é a disponibilidade de remédios paliativos. Muitas dessas doenças mencionadas são comuns no ambiente dos presídios femininos e a precariedade dos serviços de saúde contribui para maior ocorrência de comportamentos de risco e o surgimento de novos casos de doenças.

Esse ambiente degradante contribui com o cenário de baixa estima, alimentando doenças de âmbito emocional, como: depressão, melancolia, angústia e pânico. As mulheres ficam expostas ao risco de adoecer, sem oportunidade de assistência adequada, vindo a maioria de uma condição socioeconômica baixa e não participavam de ações de saúde antes de entrar no presídio.

Diversas transformações, entre perdas e ressignificações e, o modo como as presas lidam com esses acontecimentos, geralmente são propícios a defasagem de emoções e sentimentos de mal-estar, no qual, a sua recuperação social estará impactada com sua nova realidade. Nesse novo ambiente que provoca a invisibilidade demarcada pelas fronteiras dos muros – os da prisão para serem vigiadas e, ao mesmo tempo, se tornam seres invisíveis para os demais – as instituições penais estão fora do conhecimento da sociedade. Quando é falado da mulher encarcerada, essa invisibilidade se multiplica por meio do tratamento de gênero relacionado ao espaço que lhe é reservado na sociedade, como em vista da diferença numérica quando comparada aos homens (GALVÃO & DAVIM, 2012).

De maneira geral, o sistema prisional não está preparado para reabilitar, muito menos tem a oferecer, as suas condições são precárias para expor como resultado um indivíduo digno na sua integridade como pessoa. O ambiente, por sua origem, impõe à reclusão social; e, incentiva o isolamento e o convívio conturbado. (GALVÃO & DAVIM, 2012). Esse movimento dado pela cultura local de funcionamento prisional, que segundo Arantes (2008, pp. 41-42) “conhecemos já todos os inconvenientes e perigos que a prisão oferece e também a sua inutilidade em relação a uma suposta regeneração dos prisioneiros, e, no entanto, as nossas sociedades não querem dela abrir mão”.

Do indivíduo privado de sua liberdade, devemos considerar seu enfraquecimento psíquico, emocional e social. Podemos refletir sobre essas perdas ao tomar o que a autora Arantes (2008, p. 42) fala sobre o pensamento de Foucault, relacionado à prisionalização:

Sabemos também, pelo menos enquanto a prisão não se propunha a regenerar ou tratar, que a prisão não deveria ser nada além do que a simples privação de liberdade, mas não é o que acontece. É a este excesso, ao que excede a pena, que Foucault chamou o penitenciário. O aparelho penitenciário, local de cumprimento de pena, é também lugar de uma "curiosa substituição".

Essa substituição se refere a processos que deixam marcas nas mulheres presas e permitem constituir um duplo sentido de “quem sou eu”. De acordo com Araújo (2011, p. 15), Goffman (2005) pontua uma importante característica dentro das prisões: a mortificação do eu e a perda da identidade; considerando que o “eu” é representado pela identidade, e que esta

dinâmica é constituída por todos os papéis que a pessoa exerce em todas as suas relações, as Instituições Totais proporcionam a perda da identidade, uma vez que se empregam todas as características de apenas um dos papéis que a pessoa possui, que é o de criminoso, cristalizando-a e possibilitando a formação de estigmas e preconceitos.

Constatamos a persistência na manutenção social dessas instituições, e sabemos que o isolamento se torna a solução. Aprendemos que o diferente de nossos costumes torna-se perigoso à nossa própria singularidade e, por isso, excluímos. Moraes (2014, p. 83), apresenta os princípios dos direitos humanos como defesa desse mal desconhecido:

Os princípios defendidos pelos direitos humanos de valorização da diversidade e de defesa da pluralidade humana inevitavelmente estão constantemente acompanhados por pensamentos conservadores, insistências por segregações, ameaças e escárnio por parte de muitos setores da sociedade civil que insistem na ideia de hegemonia de culturas, identidades e ideologias consideradas dentro dos padrões de “normalidade”. Além disso, estes mesmos princípios são taxados de “subversivos” e “perigosos” apenas por buscarem deslegitimar práticas há muito perpetradas das mais variadas formas de preconceito, como o racismo, machismo, a homofobia, e por colocarem em xeque violências que por muito tempo foram tratadas com indiferença.

A mulher presa além de sofrer como todas as outras pelo processo cultural das representações sociais, perde a sua liberdade e, na realidade prisional brasileira, precisa encarar as dificuldades manifestas e ocultas do estado de prisionalização sozinha. Muitas mulheres, se não todas, após serem presas, passam a se reorientar na família, mesmo quando este vínculo foi enfraquecido ou rompido pelas situações que vivenciava antes de ser presa.

O privado é quase inexistente na prisão, até mesmo as dores mais profundas precisam ser reprimidas, pois, subentende-se que o sofrimento de uma sucumbirá na explosão de outros mais sentimentos das companheiras. Outra relação dessa perda do íntimo, é a privação das visitas íntimas que, pela ausência de seus companheiros, de seu afeto e carinho, resulta em sofrimento intenso por não poder novamente se sentir quem é, uma mulher. Em muitos locais, a mulher presa não tem esse direito e perde momentos de aproximação e carinho. Para Buglione (2005), as mulheres presas sofrem com um protecionismo discriminatório quando está em jogo a sexualidade feminina. As queixas relacionadas à solidão, tristeza e abandono são presentes no universo da carceragem feminina, sendo que a maior dificuldade dessas mulheres é o distanciamento da família e, sobretudo, dos filhos (ARAUJO, 2011), ocasionando sentimentos de abandono quando as deixam de visitar.

Para Rita (2007, p. 49), mulheres presas sofrem com o protecionismo discriminatório quando está em jogo sua sexualidade e complementa com a opinião de Buglione (2005):

Quando a visita íntima é permitida, é realizada dentro de rigoroso sistema de normas e critérios com traços bastante excludentes, enquanto se sabe que na prisão masculina tal procedimento é mais informal, mais operativo e mais aceitável, inclusive moralmente.

A estas problemáticas, soma-se a culpa por não poder estar presente na vida dos filhos que, isentos de culpa, ficam para o lado de fora dos muros institucionais ao mesmo tempo que deles participa ao ter a mãe como modelo e vínculo. Elas acabam, muitas vezes sentindo-se culpadas por não corresponder ao que é socialmente esperado delas.

A responsabilidade do lar e da educação dos filhos é da mãe, sendo de extrema importância o seu papel no desenvolvimento infantil, e por saberem disso, acentua-se ainda mais o sentimento de culpa (LOPES, 2004; OLIVEIRA, 2008; SALMASSO 2004 *apud* ARAUJO, 2011, p. 17).

As mulheres que não recebem visita dos filhos procuram manter seu amor materno através das lembranças. Em outros casos, pela incapacidade de manter os vínculos com os filhos, o papel de mãe fica perdido e se sustenta apenas no imaginário (ARAUJO, 2011). Os filhos, sem entender a ausência da mãe, são entregues à experiência do abandono. As perdas se realçam quando a presa não consegue manter seu papel como mãe e, o tempo que pode encontrar com os filhos é pouco para fazer seu papel de mãe, ora carinhosa, ora educadora.

Muitas mulheres mantêm contato com os filhos por meio de visitas, porém o vínculo fica comprometido já que esse momento é curto, e a mãe fica dividida entre dar carinho e exercer seu papel materno, orientando o filho sobre as questões do cotidiano. E, por isso, quando o tempo da visita acaba é sentido por elas como um “momento de dor”. (ARAUJO, 2011, p. 16)

A realidade é que não é visto como aspecto importante a manutenção do amor entre mãe e filho (a). A perda nesse sentido é duplamente transgredida, criando-se de um lado o sofrimento do amor materno e, do outro, o abandono que pode acarretar em inúmeras situações problemáticas para a criança e para a sociedade. “O rompimento instantâneo e muitas vezes traumático desse vínculo é vivido como uma das características mais sofridas da carceragem, pois é sentido como um abandono recíproco” (ARAUJO, 2011, p. 17). Sobre a retroalimentação necessária na relação mãe-filho (a), para Lopes (2004, p. 68):

Essa presença do outro pode ser entendida como sensorial ou como rememoração com todas as implicações que resultam de comunicar-se visualmente com o outro, tocá-lo, senti-lo ou ter acesso a ele por um ato de memória, ou seja, pelas lembranças desse contato.

É comum o discurso da experiência dolorosa da prisão quando não se tem notícias exteriores, visitas ou aproximação com alguém da família; esse isolamento tende a persistir quando se pensa no cumprimento solitário da pena e, pelo distanciamento sofrido, a volta à sociedade é retratada como um caminho de angústias.

Outra realidade vivenciada por estas mulheres é a exposição a inúmeros fatores de risco anteriores, na infância e vida adulta. Fatos de violência nas mais diversas representações e discriminação por partes que jamais se importaram compreender suas experiências.

As encarceradas consideraram como violência as agressões físicas, abusos sexuais, homicídios e maus-tratos psicológicos nas relações interpessoais (rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, intimidação, opressão, cobrança ou punição exageradas) praticadas dentro do ambiente doméstico ou fora deste. Estas mulheres parecem identificar o agressor como o eixo dominador das relações e, em geral, este papel é atribuído à figura masculina (marido ou pai). Além da violência interpessoal citada pelas encarceradas, observou-se, nos seus relatos, a menção da violência como sendo um problema de origem social, fruto das desigualdades, do acesso inadequado à educação e oportunidades de emprego formal. (Scherer & Scherer, 2009, *apud* ORMEÑO, 2013, p. 46)

A mulher inserida na prisão dispõe de inúmeras influências culturais, que definem seus escopos ao impor novas sujeições, pelo interesse de um poder dominante. Sua subjetividade é, então, definida por novas influências culturais e seu ingresso à prisão a torna outra pessoa que ainda não conhecia e nem tinha a pretensão de conhecer. Goffman (2005) pontua que as instituições totais, como denomina as prisões, trazem consigo características muito marcantes que dizem respeito à constituição do sujeito, como a mortificação do eu, rebaixamento pessoal, perda e imposição de papéis. Dessa maneira, quando uma mulher é presa, ela é desprovida de seus papéis sociais, restando-lhe o que influenciavelmente adquire na prisão, o de criminosa.

Quanto à sua singularidade, é afetada por questões de gênero em seus aspectos mais acentuados. Galvão e Davim (2012, p. 2575) une essa realidade à prisão quando afirma que essa instituição “retrata negação das especificidades humanas ligadas às questões de gênero como: gestação, maternidade, amamentação, autoestima e sensibilidade”.

Araújo (2011) une as ideias de Goffman (2005) e Lopes (2007) para descrever que, durante o processo de admissão, o interno é gradativamente desprovido de suas referências externas, através de procedimentos para adequação física. Recebem número de identificação, roupas são trocadas, pertences confiscados, digitais são tiradas, e um conjunto de regras de convivência norteará toda sua estadia na instituição. Dessa forma, o indivíduo inicia o processo de perda das características que constituíam sua identidade pessoal; bases anteriores que configuravam sua auto identificação são ignoradas, causando a mortificação do eu, através das

seguintes etapas: perda de papéis sociais, rebaixamento pessoal, imposição de papéis, regras específicas de conduta formais e informais, desprovimento de intimidade, invasões físicas e psicológicas e contato interpessoal forçado. A vida dentro das prisões implica transformar olhares e condutas, a fim de se igualarem a todos (ARAÚJO, 2011).

Coerentemente se nota a reprodução na instituição prisional de variadas formas de dominação masculina (RITA, 2007), quando as mulheres, sem lugar físico apropriado são instaladas em instituições construídas para o homem, que estão de acordo com suas características de gênero, que, num segundo momento, a mulher, jamais encontrou seu lugar, não obstante, seus direitos humanos mantêm-se omitidos. O mesmo ocorre a tudo que tiver relação a instância “gênero”, os papéis que normalmente desempenham em atividades laborais, artísticas são voltadas aos papéis em que a sociedade lhes remetem. Para Rita (2007) a mulher presa se torna mais vulnerável devido às necessidades de atribuições em sociedade que a mantém interligada à desigualdade de gênero. Segundo Andrade (1997, p. 108):

O sistema seletivo de controle social duplica a violência feminina e serve para reproduzir a violência estrutural: pois além da violência sexual representada por diversas condutas masculinas (estupro, assédio) a mulher torna-se vítima da violência institucional (plurifacetada) do sistema penal que expressa e reproduz a violência estrutural das relações sociais capitalistas (a desigualdade de classe) e patriarcais (a desigualdade de gênero) de nossas sociedades e os estereótipos que elas criam e se recriam no sistema penal e são especialmente visíveis no campo da moral sexual dominante.

A reclusão das mulheres é fundamentada, por muitos profissionais, em sua própria biografia, ou seja, o profissional prevê que, de acordo com o meio social que a mulher está imposta na sociedade, seu fim seria a prisão. Por trás da pessoa, a quem o resultado das investigações atribui a culpa de um crime, afirma Foucault (1977, pp. 223-224) que "revela-se o caráter delinquente cuja lenta formação transparece na investigação biográfica". Portanto, os profissionais têm que rever cuidadosamente seus parâmetros de trabalho para não insinuar que antes mesmo da prática, o indivíduo estava sujeito a praticá-lo, pois não tem como haver controle sobre as variáveis no mundo complexo e humanamente subjetivo.

Os estigmas sociais experimentados pelas mulheres presas fortalecem características da ordem de gênero feminino que, novamente, tendem a separá-las como inferiores; aumentam o estigma sobre os socialmente marginalizados e fazem crescer o desrespeito.

Observa-se que a prisão torna-se uma instituição de sequestros: sequestra-se não só a liberdade ambulatorial dos homens e das mulheres que lá são submetidos, como também a voz, identidade, dignidade, condição de sujeitos e de cidadãos. (GALVÃO; DAVIM, 2012, p. 2578)

Como se não bastassem os problemas cotidianos de uma vida social normal, a mulher que passa pela vivência prisional, tem outros obstáculos a ultrapassar. Sobre seu futuro de egressa, geralmente, já antecipam o sofrimento quanto às dificuldades que terão que enfrentar para reconstruir sua vida, oportuno aos preconceitos da sociedade que lhes impõem uma pena perpétua, entretanto, criam forças que não se sabe de onde e como vem, porque sabem que precisam acreditar em alguma possibilidade, assim como o sentimento de esperança preservado na caixa de Pandora, apesar do receio e incertezas da vida, e por apostarem no apoio familiar quando se mantém vínculos. Em alguns casos, a vida do cárcere proporciona restrições necessárias ao estilo de vida das mulheres antes de serem presas, assim como uma proteção das incertezas da sua vida futura. Nesses casos vivem o dilema paradoxal de não gostarem de estarem presas ao mesmo tempo que temem que, ao serem soltas, voltem ao mesmo modo de vida que tinham anteriormente. Percebe-se que, mediante a proximidade da liberdade, essas internas, mesmo que inconscientemente, buscam prolongar seu tempo de encarceramento, cometendo infrações às regras institucionais (GALVÃO & DAVIM, 2012).

Como a mulher presa sente-se impactada, sem relacionamentos ou vínculos que lhe motivem o sentido de viver, ela se empreende de construir novas relações, procurando suporte material e afetivo, ao se envolver amorosamente com alguma companheira de cela, ou com algum homem preso que a ampara. Desse modo, os relacionamentos amorosos são vistos como fator de proteção na vida presas (ORMEÑO, 2013). Outro fator importante advém das atividades laborais e educacionais como apoio diante dos desafios para o mantimento da integridade da mulher nesses contextos insalubres e inabitáveis; além dessas atividades contribuírem para a ressocialização, nelas as presas podem encontrar motivação e desempenho por si mesma, ganhando incentivo de remissão, tornando essas práticas momentos de alívio de sua pena.

Com a destinação à reclusão social e sua mais nova realidade, as presas são obrigadas a conviver com outras mulheres diferentes de si, encaram novas dificuldades na convivência entre personalidades e estilos de vida diferentes. Trabalhar aspectos das diferenças entre as reclusas se faz importante por já serem parte desse contexto social que convivem na sociedade, se na prática, os conflitos inter-relacionais existentes em pequenas camadas da sociedade, como poderemos esperar uma mudança a nível maior? A ideia é chegar a um “nível de efetivação com a construção de pessoas tolerantes, acolhedoras e aptas ao convívio com a diversidade” (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014-B, p. 18).

Para este trabalho, os profissionais ligados à área de saúde devem ser comprometidos

com as questões não só singulares, mas coletivas de cidadania, ações de caráter educativo e de promoção de saúde. Como na saúde mental das mulheres em cárcere estimam-se os sintomas de transtornos psiquiátricos mais frequentes, como: insônia, ansiedade, somatizações, depressão e irritabilidade (ORMEÑO, 2013), é preciso considerar a realização de um trabalho psicológico com o objetivo de fornecer subsídios ao fortalecimento egóico, no qual a encarcerada possa refletir sobre as perdas e ganhos em sua vida, percebendo-se sujeito de sua história e também envolvido na história de outros, favorecendo assim, a administração adequada dos conflitos e das frustrações que surgirem no processo de sua reintegração ao convívio social, pois bem, o profissional essencialmente precisa acreditar na melhoria do outro, caso contrário, o trabalho a ser realizado será em vão.

Esse trabalho com a população prisional possui o resgate das subjetividades por direito da dignidade humana e tem seu livramento, não das responsabilidades e deveres, mas das amordaças das construções discursivas sociais e políticas a respeito do indivíduo preso. O trabalho psicológico vivenciado em grupo possui um maior envolvimento com o compromisso entre os membros que, no caso de lidar com as diferenças entre si, é ideal que todos estejam presentes e envolvidos. Por conta dessas diferenças encontradas na mulher, Siqueira (2008, pp. 256-257) enfatiza o trabalho com a questão de gênero:

Há que se considerar a preocupação mais recente em se deslocar o eixo das análises do lugar da mulher como objeto da dominação masculina, para a questão da mulher como sujeito de sua constituição enquanto ser-no-mundo e dos múltiplos agenciamentos de subjetivação que produzem diferentes subjetividades (...) entre eles os inúmeros enunciados e práticas de gênero que o atravessam cotidianamente, falar acerca do gênero implica em considerar todas estas pluralidades, ainda que todas elas não estejam presentes como foco das análises.

Conforme a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) (1946, p. 01):

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social. A saúde de todos os povos é essencial para conseguir a paz e a segurança e depende da mais estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados.

Sobre a defesa de seus direitos humanos, Bobbio (1992) afirma que eles devem ser perseguidos para serem reconhecidos. Dessa forma, essa realidade antiga que ainda se perpetua e necessita de esforços coletivos de uma equipe interdisciplinar que ajude na melhoria de suas interações sociais, permitindo que seus direitos fundamentais sejam preservados, proporcionando melhor harmonização social e preservando a integridade pessoal da reclusa.

Para essa realização, Ferreira (2006, p. 30) fomenta que:

Os direitos humanos desde então não podem mais ser interpretados sem a consideração das exigências concretas de sua realização. Hoje, a manutenção de uma vida digna, seja qual for o conteúdo dessa expressão, depende das condições objetivas da vida.

Trata-se, segundo Bobbio (1992), de elencar as fundamentações para que o direito seja efetivo em sua concretude e enfrentar os caminhos possíveis para essa realização. Ações como o desenvolvimento de habilidades sociais que elucidam a importância da escuta, da compreensão do outro e também de ajudá-lo podem ser o início de um processo de renovação social nas alas das prisões. Para adquirir a boa convivência com a diversidade presente, é necessário, antes mesmo de conhecermos um ao outro, no que somos iguais e no que somos diferentes, ouvir, compreender e ajudar o outro, assim, reconhecer essa necessidade de mudança de postura já é o ponto de partida em cada atividade grupal.

Para este desenvolvimento solicita-se a construção de práticas que guardem elementos sociais fundamentais que envolvam a problemática da diversidade cultural, como sua cooperação na história dos sujeitos brasileiros, resguardando, dessa maneira, as subjetividades participantes do local, juntamente com a promoção de sua saúde mental e seu papel político-cidadão ao promover caminhos para o seu desenvolvimento humano.

Quando a pessoa está num ambiente que envolva várias situações de risco, como ocorre no cotidiano do ambiente prisional, ela sente-se impossibilitada de manter seu desenvolvimento, bloqueando qualquer aquisição benigna à sua vida e, ainda, podendo criar condições de vulnerabilidade propícias a levar a pessoa a executar comportamentos de riscos a si mesma ou a outrem. Por isso, a prevenção de fatores de risco e o favorecimento de fatores de proteção devem fazer parte da prática diária dos profissionais envolvidos no trabalho de ressocialização, capazes de intervir quando for preciso (SAPIENZA & PEDROMÔNICO, 2005), além de promover a subjetividade de cada reclusa íntegra e flexível pela crítica e compreensão para que sua participação social seja produtiva ao proporcionar momentos saudáveis e frutíferos para si e para os outros.

A união de profissionais em favor de práticas a nível de saúde física e psicológica, como cuidados e higiene diários que previnam a saúde, a natalidade e doenças sexualmente transmissíveis, redução de danos a respeito do uso de drogas, o exercício da maternidade antes e após a reclusão, reflexão acerca do relacionamento afetivo, habilidades sociais para melhor convivência, planejamento familiar e para a reinserção social, ações pontuais de situações que

podem ser o início da criação de programas sistemáticos. Como outras situações protetoras, são apontadas, como suporte: religião, escola e trabalho, manutenção de laços afetivos, e assistência médica e psicológica, apontando-se outras formas de trabalho com a população carcerária feminina (ORMEÑO, 2013, p. 38):

Preferencialmente de intervenções sistemáticas e não meramente informativas, possibilitando que essas mulheres possam perceber a necessidade de cuidar de sua saúde e assim, apresentar uma melhor autoestima e perspectiva positiva no futuro.

O reconhecimento do eu inevitavelmente está no reconhecimento do outro, pois, ao saber quem é o outro, sabe-se quem se é. As relações interpessoais partem do princípio da construção subjetiva de mim e do outro: só sou quem sou pelo que o outro me é. Ao compreender que a constituição da subjetividade se dá por meio das relações sociais e que o ser humano é fruto e expressão da cultura, poderão se abrir novamente para a troca social, para a continuidade da identidade que se quer constituir de si. É por este caminho que para Nascimento e Delmondez (2014-A, p. 07) a diferença cultural toma espaço de essencialidade para as “reivindicações políticas multiculturais, pois perpassa pelo reconhecimento do outro e de si como prova de um processo de realização pessoal”.

Assim, o processo de constituição do sujeito, de sua identidade, é um processo social, cultural e histórico, que se dá por meio das relações formais e informais na sociedade, e que se caracteriza por ser um processo de mão dupla: na medida em que o indivíduo, agindo no mundo e relacionando-se com os outros, constitui-se e participa da construção da sociedade e da cultura. (PULINO, 2014-F, p. 05)

A importância de um acompanhamento psicológico sistemático das mulheres presas, assim como seu acolhimento no momento em que ingressa na unidade prisional, faz notória diferença aos exames de prevalência de transtornos psiquiátricos ou sentimentos e sintomas provocados por uma situação de espera por algum acontecimento próximo, como algum benefício, visita de um familiar, tratamento médico e, até mesmo, sua saída para a sociedade. O ser humano em pleno e contínuo desenvolvimento precisa, muitas vezes, de orientação, organização e apoio para continuar sua caminhada e, para a mulher presa, esta persiste na luta contra seus piores inimigos, que vão desde os estigmas sociais atrelados ao gênero até medos interiores que persistem em tomar vida. Portanto, segundo Ormeño (2013, p. 37):

A saúde mental em mulheres encarceradas precisa receber atenção especial, tanto pelas autoridades do sistema prisional, quanto por profissionais de saúde pública, pois estes estudos corroboram a existência de sintomas de traumas. Desta forma, é preciso que sejam realizadas intervenções, no sentido de minimizar as situações que podem agravar tais problemas de saúde mental quando tais mulheres voltarem ao convívio

em sociedade.

As ações são pautadas no ser humano hoje em pleno desenvolvimento para o amanhã, o que não limita o poder de emanção da prática para outros momentos da vida das reclusas. Pensa-se que, os comportamentos apreendidos no momento real pelas reclusas, podem refletir em seu futuro egresso, novas possibilidades de uma vida melhor, pois, mais do que antes, a partir da vivência dificultosa na prisão, sabem o valor que tem suas relações. Nesse mesmo direcionamento, há necessidade de planejamento de políticas públicas de inclusão social que atente para promoção dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, que aponte para a importância da reorientação do modelo assistencial a fim de atender às carências manifestas por essa população (GALVÃO & DAVIM, 2012)

### 3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quanti-qualitativa, participante, bibliográfica e de campo. Descritiva, por descrever um fato ou uma situação dentro de uma realidade sem aprofundamento (GIL, 1996, p. 46), como a dificuldade de convivência devido às diferenças, entre os sujeitos dentro de uma cela prisional.

Entende-se por análise quantitativa aquela que foca na objetividade e seus resultados podem ser quantificados (FONSECA, 2002), para descobrir a semelhança de características de um grupo de pessoas, e por análise qualitativa, aquela que se apoia na intuição, interpretação e descrição viabilizada pelo autor, de modo mais ou menos sistemático. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como uma investigação descritiva de uma dada realidade, sem a preocupação com o controle de variáveis (WITTER, 1997). O interesse é mais no fato em si, a qualidade do tema e não o número deles, não permitindo generalizações e por haver a interpretação da essência da opinião dos participantes constantemente. Para Gaskell (2002, p. 69), a "finalidade real não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro das opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão".

Contudo, a união desses dois tipos de abordagens permite "recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente" (FONSECA, 2002, p. 20). No caso deste trabalho, isto servirá tanto para caracterizar as participantes do grupo e analisar essas características de acordo com a fundamentação teórica como aplicar um questionário para avaliar, a partir de suas opiniões, as repercussões que os encontros grupais proporcionaram.

Como pesquisa participante, temos a ação do pesquisador que participa e é avaliado junto com o grupo. Tem um caráter social devido seu acontecimento ser em campo e pela interação com os sujeitos (GIL, 1996). O pesquisador explica a proposta laboral para os participantes para que, juntos, possam melhorar a situação. Suas relações são sempre revistas através de observações simples e participantes. Há preocupação com o significado, isto é, com a maneira própria como as pessoas veem a si mesmas em suas experiências e no mundo que as cerca, e grande quantidade de dados descritivos. A pesquisa bibliográfica acontecerá devido a busca de fontes de informações precisas para fundamentar e discutir um tema (GIL, 1996). E a pesquisa de campo acontece "in loco" e é a busca além da teoria, leva o pesquisador em contato com as experiências dos participantes.

### **3.1. Caracterização da organização, setor ou área**

O contexto de intervenção foi em uma prisão do Estado de Minas Gerais, fundada em 2007 e localizada na região Sudoeste, que cumpre o objetivo institucional conferido pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) de redução dos índices de criminalidade e recuperação de presas para reintegrá-las à sociedade. O presídio atende as modalidades de regime prisional fechado e semiaberto e conta com profissionais tanto efetivos quanto contratados, sendo: 10 agentes administrativos – três do setor administrativo e RH, dois analistas técnicos jurídicos (ATJ), duas psicólogas, uma assistente social, uma enfermeira e uma técnica de enfermagem; 49 agentes penitenciários e um diretor geral. O espaço físico da parte administrativa conta com uma sala para a segurança, uma para o diretor geral, uma para o setor administrativo e RH, uma para assistente social e psicologia, uma para os ATJs, uma para a enfermaria, uma para o almoxarifado, uma cozinha, duas salas de aula, uma cela feminina, onze celas masculinas para crimes de menor gravidade, duas celas de seguro masculinas para crimes de maior gravidade, uma cela para crimes de pensão ou de menor infrator, dois espaços abertos para banho de sol e atividades dos (as) detentos (as), um espaço para horta e trabalho com a produção de blocos, além do espaço para lavanderia, canil, garagem e torres de vigilância. Para a realização da pesquisa-intervenção foi utilizada a sala destinada às aulas educativas, como espaço propiciador de liberdade de pensamento.

### **3.2. Participantes do estudo**

Participaram do grupo interventivo-reflexivo treze das vinte presas da cela feminina; das que não puderam participar, cinco foram devido a exercer atividade laborativa (quatro albergadas e uma que trabalhava na unidade prisional); as duas restantes foram impedidas de participar, devido sua recente admissão. Das treze presas, uma não quis participar da pesquisa, cooperando no momento grupal com as demais. As participantes têm faixa etária e escolaridade diversa e de regime prisional fechado, independentemente do tempo de condenação ou se aguardam julgamento em prisão provisória. Tratou-se de um grupo aberto devido a possibilidade da prisão receber novas ingressas interessadas, objetivando-se que a proposta alcançasse a convivência entre todas.

A população de doze presas têm, em média, 33,25 anos, sendo que quatro delas tem de 20 a 29 anos, cinco tem de 30 a 39 anos e três tem de 40 a 49 anos. A etnia das presas, cinco são pardas, quatro brancas e três negras.

### **3.3. Caracterização dos instrumentos de pesquisa**

As investigações foram constantes durante os encontros, através da observação participante ou observação ativa, que consiste na introdução do observador na vida dos participantes de um grupo social ou de uma situação específica. Conforme Gil (1995, p. 108), “o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo” e que se “pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo”. As vantagens dessa técnica se dão pela facilidade de obtenção de dados, também os privados, de situações que os indivíduos estão envolvidos, podendo capturar maior entendimento de um comportamento pelos discursos que o acompanham (GIL, 1995). Ao integrar essa técnica no grupo, observamos as falas e os comportamentos das presas enquanto presente e parte do grupo também.

As ações no grupo aconteceram através de reflexões sobre temáticas relacionadas à diversidade cultural, como o gênero mulher e aos direitos humanos ao trabalhar o preconceito nas relações interpessoais existentes entre elas. Foram utilizados como ferramentas: apresentação de vídeo, atividades lúdicas terapêuticas e dinâmicas que interliguem aspectos de ver o outro e se ver em união com o outro, em igualdade e em diferenças, como a discussão do vídeo de Mário Sérgio Cortella (2014) que comunica a importância dos comportamentos dos indivíduos com o outro; atividades para estímulo da criatividade, aprendizagem do trabalho em equipe e a apreensão dos assuntos discutidos, seja por redação sobre os encontros, seja pela confecção artística em grupo; reflexão a partir dos clipes musicais “É Preciso Saber Viver” da banda Titãs, “Eu vou seguir” de Marina Elali e “Tocando em frente” de Almir Sater; dinâmicas que façam o grupo trabalhar em conjunto; espaço de discussão solicitado pelas presas para conversar sobre alguns casos específicos da convivência em cela. Todas as atividades (Anexo D) tiveram a finalidade de capacitar habilidades sociais como escuta, compreensão e apoio ao próximo a fim de contribuir para a convivência social.

No último encontro, um questionário foi respondido (Apêndice A) para avaliação dos encontros interventivos-reflexivos do grupo, pelas presas, com a finalidade de analisar e concluir a cooperação, para a melhoria interpessoal entre elas. O questionário foi de elaborado

pela própria autora para este trabalho e aborda questões mistas, assim como uma avaliação por meio do método de escalas likert avaliativa. As avaliações por escalas tinham como alternativas: muito ruim, ruim, bom, muito bom, indiferente. E suas afirmativas utilizadas para avaliação foram: minha expectativa inicial com o grupo; dos encontros ocorridos até hoje; sobre a coordenação técnica profissional do grupo; a respeito do andamento do processo grupal; a frequência em que os encontros acontecem e o período de duração dos encontros. O uso de escalas de avaliação likert, segundo Gil (1995), são como questionários que tem como objetivo a quantificação de fenômenos sociais, tais como opiniões e atitudes de maneira favorável ou desfavorável com a escolha entre cinco pontos de uma escala.

As questões mistas utilizadas para avaliação foram sobre a opinião das participantes quanto à resolução dos conflitos interpessoais (APÊNDICE A). Segundo Gil (1995, p. 124), “o método de questionário é composto por determinado número de perguntas por escrito que se baseiam nos objetivos propostos a serem investigados a fim de explorar as opiniões dos/as participantes referentes a determinados aspectos ou situações”. O questionário misto têm perguntas duplas, que unem uma pergunta fechada a uma aberta, frequentemente enunciada pela forma ‘por quê?’ (GIL, 1995). Utilizamos questões mistas por envolver tanto questões dicotômicas (sim e não) com o caráter de questões fechadas como a possibilidade de justificar a resposta, obtendo um caráter aberto. Os questionários foram respondidos individualmente e sem identificação no final do último encontro a fim de obter respostas fidedignas em relação a problemática dos conflitos interpessoais antes e após as intervenções reflexivas em grupo. As perguntas foram padronizadas para serem submetidas a quantificação e comparadas entre si.

O período estipulado para a realização dos encontros do grupo para a pesquisa-intervenção foi de um mês, porém foram realizados três encontros por motivo da estrutura institucional.

### **3.4. Procedimentos de coleta e de análise de dados**

Inicialmente, o projeto desta pesquisa foi apresentado ao diretor do presídio em questão, através de uma carta de aceite institucional (Anexo B) e, em seguida, encaminhado para aprovação do Comissão Ética de Pesquisa (CEP) e liberação pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), por se tratar de uma área de segurança que possui informações específicas. Deu-se início, então, às atividades previstas. Como a participação foi voluntária, as presas foram convidadas a participar após ser explicada a pesquisa e solicitado o preenchimento

e assinatura do Termo de Consentimento Ético Livre e Esclarecido (Anexo A) e do Termo de autorização de uso de texto/imagem (Anexo C).

A partir de uma abordagem sociocultural construtivista, buscamos conhecer o modo de convivência entre as presas, a partir das observações e dos discursos nos atendimentos psicológicos individuais, assim como na própria vivência grupal. As presas eram acompanhadas por atendimentos psicológicos individuais com frequência mensal ou bimestral pelas respectivas psicólogas responsáveis na unidade prisional, sendo, neste caso, somente parte do grupo que recebe os atendimentos psicológicos por parte da autora desta pesquisa. Os atendimentos psicológicos individuais e as reuniões multidisciplinares, anteriores ao desenvolvimento do grupo, foram o foco de observação e escuta que denunciou os conflitos contínuos da cela feminina e orientou a necessidade de tomada de iniciativa deste projeto, contudo, a continuidade dos atendimentos foram essenciais junto ao trabalho grupal, por permitir o desenvolvimento humano ao trabalhar questões pessoais relacionadas à subjetividade de cada uma das presas em sua realidade a fim de integrar a mulher presa à mulher social no ambiente prisional.

A construção de dados foi tida a partir de encontros realizados na presença de, respectivamente, onze, doze e treze participantes no primeiro, segundo e terceiro encontro, nos quais, obtivemos dados pelos discursos em momento de grupo, como informações subjetivas que demonstram valor a respeito de um assunto ou situação. Outro meio de construção de informações foi através das sínteses desenvolvidas pelas próprias presas a respeito dos encontros, no qual pode-se ter dados importantes por se tratar de um trabalho individual e, em geral, havendo mais abertura e sinceridade.

A análise dos dados deu-se realidade observada através da interpretação qualitativa, à luz da fundamentação teórica de forma a identificar as expectativas iniciais e as perspectivas de mudanças por parte das presas.

A informação qualitativa apresenta um conteúdo bastante significativo pelo seu caráter interpretativo e por lidar com a relação sujeito-objeto de forma dinâmica e não como meros sujeitos e objetos de análise. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balançar da cabeça, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala. Por isso é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (RITA, 2007, p. 15)

Para a realização da análise qualitativa, Demo (2001) sugere a observância da dinâmica, tal como ela se dá em relação à contextualização sócio-histórica unida à capacidade flexível e criativa do pesquisador para interpretar e reinterpretar os elementos presenciados, de

forma a não se limitar em apenas definí-los tal como se deu no real, mas de propor a desconstrução e construção da realidade conhecida para se obter um método qualitativo de pesquisa, se diferenciando pela visão crítica e habilidade interpretativa quando busca manter a realidade acima do método de pesquisa devido sua importância. Para Rita (2007, p. 14) a análise qualitativa “provoca uma abertura da discussão na capacidade do argumento, que dentro dessa perspectiva de interpretação e reinterpretação não há pretensão de se chegar a conclusões comprovadas e determinadas em si mesmo”.

Nesse sentido, a análise se dará sobre os discursos e comportamentos anotados na realização dos encontros presenciais, bem como pelas expressões escritas das presas via trabalho de confecção artística, síntese dos encontros e as respostas ao questionário de avaliação dos encontros. No caso do questionário, os dados serão tabulados em duas fases: uma tabulação das escalas de avaliação de cinco alternativas (muito ruim, ruim, bom, muito bom e indiferente) e outra tabulação das perguntas mistas, sendo uma parte fechada de perguntas dicotômicas (sim ou não) e outra aberta apresentando os enunciados qualitativos em frases com o mesmo sentido de interpretação. A amostragem será ilustrada via gráficos para posterior análise quanti-qualitativa.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, conheceremos o perfil das presas da presente pesquisa através de suas informações básicas por meio de análise de frequência e porcentagem para então analisarmos à luz do referencial teórico os comportamentos e atitudes apresentados nos encontros grupais e finalizarmos com a análise da avaliação pelas presas das possibilidades de mudanças para um convívio melhor entre elas através dos encontros de grupo.

### 4.1. Análise das Informações Básicas das Presas

Com relação ao estado civil, no Gráfico 1 é notável a diferença entre oito solteiras e as demais presas que relatam ter companheiros como uma casada e as três amasiadas.

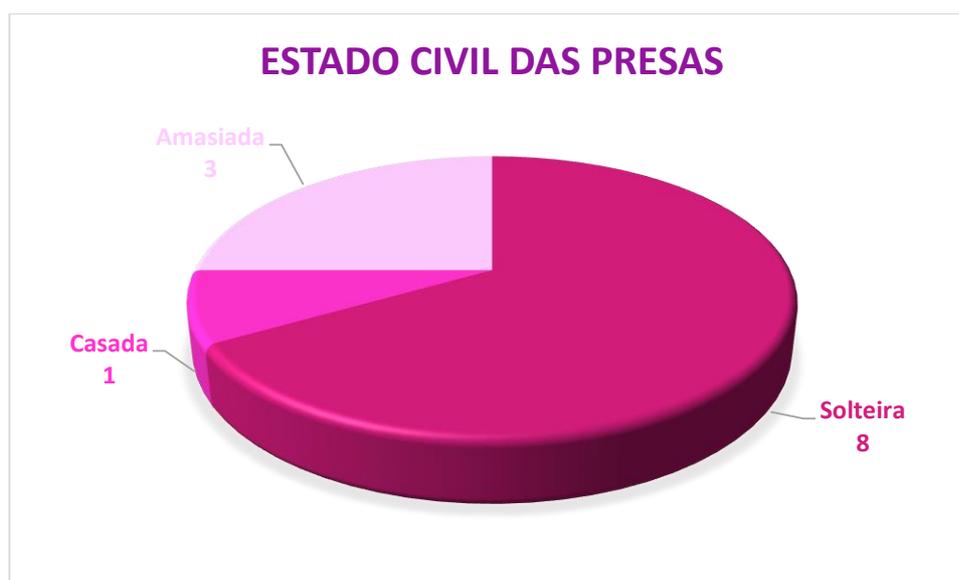


Gráfico 1. Estado civil das presas.

O Gráfico 2 aponta que, entre as presas, uma é semianalfabeta, seis possuem o ensino fundamental incompleto, três possuem o ensino médio incompleto e duas terminaram o ensino médio.



Gráfico 2. Escolaridade das presas.

Com relação à religião, seis são católicas; três evangélicas; uma espírita e duas não tem religião. Das doze presas como apresentado no Gráfico 3, três são naturais da cidade em que se encontra presa e nove são de fora. Sobre o tempo que estão presas, acima de um ano representam quatro delas enquanto oito são praticamente recém-ingressas.



Gráfico 3. Naturalidade das presas.

Com base nos dados apresentados, se faz notório que a escolaridade inferior pode comunicar às dificuldades sociais em relação à trabalho e desenvolvimento pessoal, pois a maioria das presas que relataram não ter completado o primeiro grau pararam seus estudos por volta da metade do ensino fundamental. Essa realidade reflete contrariamente a busca pela independência da mulher de forma favorável, pois acaba sendo direcionada a trabalhos mal

pagos e que as inferiorizam. Nesse sentido “a associação da criminalidade feminina a antecedentes de pobreza econômica e à falta de treinamento educacional reforça a situação de vulnerabilidade” (RAMOS, 2012, p. 39). Castells (1999, p. 200) soma a essa ideia quando enfatiza que em relação aos homens "as mulheres ocupam cargos que exigem qualificações semelhantes em troca de salários menores, com menos segurança no emprego e menores chances de chegar às posições mais elevadas".

Essa realidade se configura em evidências de que a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro, as mulheres permanecem sendo desvalorizadas quando se paga menos para o desenvolvimento do mesmo trabalho do homem. Dessa forma, elas vivenciam a segregação dos empregos e a busca de alternativas aleatórias que as possibilitem obter o tanto que lhe é necessário para a sobrevivência particular e familiar, como até chegar a aludir a ideia de buscar seus desejos em crimes como o tráfico, roubo e assalto, deturpando seus sonhos de vida, perdendo o bem da liberdade, a proximidade de entes queridos e a esperança de um futuro melhor devido aos preconceitos gerados e existentes na sociedade que um dia se sentiu parte. Salmasso (2004) configura como possibilidade do crescente aumento da criminalidade feminina sua inclusão no mundo do trabalho. Pulino (2014-F, p. 06) considerando a produção da existência humana, avalia “a importância crucial que a questão da sobrevivência, do trabalho, tem para esse processo, pois, num primeiro momento, as necessidades básicas de alimentação, moradia, proteção, foram cruciais (e ainda o são) para a vida do ser humano, como o são para o bebê”.

Outro detalhe importante nesses dados apresentados tange sobre a maioria das presas serem solteiras, o que pode hipotetizar o índice maior do sofrimento feminino pela falta de um companheiro no momento tão solitário que é o encarceramento. Do mesmo modo, em muitos casos, a mulher adentra ao mundo do crime pela afetividade socialmente identificada à ela somada à influência que um homem que tenha familiaridade (SOUZA, 2009). Também podemos aferir a este fato o pequeno número de visitas recebidas, por serem “enganadas” geralmente pelos homens, porém, nessa lógica podemos incluir as presas amasiadas e casadas com frequência, pois, com o ingresso à prisão muitas mulheres são abandonadas. A falta de visitas também pode estar interligada ao fato da maioria pertencer a outra cidade e os parentes terem mais dificuldades para visita-las, tornando ao estado solitário. Segundo Oliveira (2008) e Salmasso (2004), o que mais faz parte das queixas das mulheres presas é o sentimento de falta e abandono que lhe causa solidão e tristeza, sobretudo quando este é ligado ao distanciamento familiar e, especificamente, dos filhos.

## 4.2. Análise Qualitativa dos Encontros

A ideia de criação de um espaço grupal reflexivo-interventivo partiu do pensamento da essencialidade do encontro entre as particularidades singulares entre as presas para que se pudesse observar e identificar os conflitos interpessoais relacionados aos preconceitos entre elas e como lidavam com essa problemática no dia a dia, para então favorecer o diálogo mais humano de escuta, compreensão e ajuda ao próximo. Essa prática condiz com o tipo de trabalho que Tourinho (2003) propõe, preferencialmente com práticas afirmativas sistemáticas junto às presas do que as meramente informativas, assim como corresponde a ideia de Siqueira (2008, p. 257) da "incursão pelos estudos micropolíticos, pelas análises do cotidiano e dos modos-de-vida, sem, contudo, desconsiderar os aspectos macroestruturais".

O foco foi desenvolver uma melhor convivência entre as presas a partir do reconhecimento de si mesma e da outra e do que são quando juntas, sem desconsiderar as influências que elas estão subordinadas socioculturalmente e "os inúmeros agenciamentos de subjetivação que atravessam o sujeito cotidianamente, entre os quais os oriundos do gênero, da posição social e da raça" (SIQUEIRA, 2008, p. 257). Tourinho (2003) também diz que essas práticas sistemáticas pode alcançar um nível em que as mulheres envolvidas percebam a necessidade de cuidados de si e do outro, com isso havendo melhoras da autoestima e perspectivas futuras.

As reflexões repercutidas dos encontros têm significância por seu efeito carambola que, segundo Lemgruber (1995) tem semelhança a um jogo de bilhar quando outras bolas ganham movimento sem terem sido tocadas pela tacada inicial, ou seja, tem seu aprendizado disseminado para outras áreas da vida. Isso devido ao fato de que, as participações e reflexões exercidas em conjunto com as presas pudessem servir para a mudança de posturas em convivência na cela, como também repercutir, por seu efeito positivo, para suas relações familiares nas visitas sociais, atingindo até a vida em sociedade quando egressas. Promovemos discussões que resultaram em participações expressamente essenciais para o desenvolvimento de aspectos necessários a serem discutidos.

Normalmente, seus rumos foram expressos por opiniões singulares para, então, se encontrar em um emaranhado de conclusões pacíficas do grupo. Foi necessário direcionar questões aleatórias para que se aproximassem daquelas que faziam referência à convivência grupal e suas reações adversas. Pulino (2014) trata da experiência vivida pelos sujeitos e não

ensinada, pautada no cuidado e no respeito à diferença, dando a oportunidade de olhar o outro e desenvolver uma escuta sensível para abandonar a visão etnocentrista e vislumbrar o mundo marcado pela diversidade.

As falas em relação à incapacidade de ter autonomia sobre seus papéis pelas proibições e regras, além da pena de privação da liberdade de ir e vir, se constituem como os fatores mais avassaladores de suas integridades, causando desânimo, estresse e muita tristeza no ambiente carcerário, proporcionando as desavenças interpessoais. Segundo Goffman (1987), a instituição total com sua tendência de ocupar tudo o que pertence de livre do sujeito preso para manter sua funcionalidade produtiva, se usufrui da utilização de punições e proibições, contrariando a meta de ressocialização pelo equívoco da desumanização. Esquece-se de que, para alcançar a transformação social, tida como objetivo das prisões, é preciso humanizar, tendo seu início pelos envolvidos no sistema prisional, seja profissionais, seja presos. Com o grupo, o ato de humanizar inicia-se pela atenção para com a outra pelos processos de escuta e compreensão para que possa pensar novos caminhos para uma possível mudança no que tange aos conflitos interpessoais em cela.

Nesse sentido, para o reconhecimento entre os pares das diferenças e semelhanças podemos encontrar uma direção pela ação educativa no sentido dado tanto pela filosofia aristotélica de considerar a mulher livre como condição necessária para o desenvolvimento intelectual pelo estado reflexivo, como pelo sentido freudiano pela livre expressão de sua fala, denominada associação livre como o método que consiste em expressar indiscriminadamente todos os pensamentos, seja de forma espontânea, seja a partir de um elemento dado – palavra, número, imagem, qualquer representação – (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001) e, também “pelos teorias de gênero, que em suas mais diversas elaborações tentam demonstrar os motivos pelos quais as representações sociais sobre os papéis sexuais ocupam lugares diferenciados nos tecidos sociais” (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014-B, p. 04).

O planejamento das ações teve antes mesmo a intenção de construir coletivamente as melhores alternativas de convivência do que ter um agente controlador de modo que se deve fazer, proporciona “um tempo/espaço que não se limita à funcionalidade dos resultados de aprendizagem, mas permita a expressão da sensibilidade artística, da criação, do prazer em aprender” (PULINO, 2014-A, p. 07), obtendo os resultados pelo reflexo das vozes coletivas quando uma presa aprende com a outra em suas experiências e diferenças. Esse papel do ato de educar refere-se a um conjunto de pessoas envolvidas em favor da busca por possibilidades para que o diferente possa ser reconhecido como único em sua subjetividade, ao mesmo tempo que um igual no tratamento humano, consiste em chegar a uma decisão de como tratar o outro

assim como é expressado por Scott (2005, p. 15) quando fala sobre a igualdade “(...) não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”.

Um dos fatores de risco que abordamos foi a falta de assistência em saúde às presas, porém, pelo cuidado e em conveniência que os profissionais têm à saúde biopsicossocial delas, o grupo foi utilizado como espaço de orientação quanto aos tipos de doença da hepatite. A formulação dessa parte do encontro se deu em reunião multidisciplinar entre a psicóloga, assistente social e enfermeira pelo fato de uma das presas ser portadora de hepatite C e ter passado por um momento difícil com a ideia de talvez portar o vírus HIV, resultando em atos preconceituosos em cela pela indiferença das companheiras em geral. Esse momento do encontro foi importante devido as informações necessárias para as dúvidas que elas apresentaram e para resgatar a dignidade das presas que são maltratadas por qualquer suspeita de portar algum tipo de doença. Para Pulino (2014-G, p. 03) essa perspectiva de ensino não é de coagir para uma maneira de agir, mas de possibilitar a “maneira efetiva de ser, de conviver, de construir conhecimento, de assumir posturas e de fazer escolhas”.

Sobre as regras internas da cela, presenciamos uma contradição entre presas mais antigas no sistema com as mais novas, enquanto as mais velhas contaram que ao chegar as ingressas passavam as regras básicas da cela, algumas das presas mais novas mencionaram não haver diálogo, mesmo que as regras não parecem tão certas sobrava somente a alternativa de acatar as regras para evitar confusões. A presa 2 salienta essa questão em sua síntese sobre o assunto: *“existem regras e regras que tem que ser cumpridas, que por sinal, sejam coisas simples, que sejam o pior das maiores desavenças”*.

Essa conversa proporcionou o espaço de escuta de algumas presas que tinham suas opiniões silenciadas, sendo comportamentos expressos ao que Garcia (2013) relata sobre a obscuração da subjetividade por mecanismos de defesa quando a presa ingressa ao sistema prisional, procurando sobreviver pelas características de uma nova subjetividade submissa e obediente. Tratamos, contudo, de fazer conhecido à todas as envolvidas, até que ponto as subjetividades presentes puderam estar sendo sujeitadas e quando fizeram outras a si se sujeitarem, abrindo espaço para que fossem repensadas estas formas de relações sociais, com a possibilidade de compreender como a dinâmica do poder traz prejuízos às subjetividades subordinadas e de como a união nesta luta transforma suas diferenças em igualdade de vida. Para Pulino (2014-G, p. 03), “mais do que proporcionar a participação de todos e todas numa estrutura já dada, abre-se para as transformações que as pessoas julgem importantes”.

Portanto, o grupo de encontro pode ser visto como uma oportunidade de reivindicação pelas diferenças e espaços pessoais, oferecem possibilidades para a troca de experiências pessoais, permite uma melhor conscientização sobre seus processos de sujeição, as experiências subjetivas e coletivas se interconectam mutuamente, relacionando as narrativas de diferença mediante processos coletivos compartilhados (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014-A).

A exemplo disso, durante uma discussão sobre a busca pela paz, a presa 3 expressou que sua integridade estava comprometida devido a sua paz estar fora da prisão e demonstrou que por conta dessa sua forma de encarar a prisão, acabou por se isolar e distanciar as demais companheiras de cela que, aproveitando a fala da colega se propuseram a comentar que seu isolamento as assustavam, por se esconder por debaixo das cobertas e ficar horas desta forma no dia, porém, este assunto rendeu um trabalho conjunto em dar apoio a presa 3 para que percebesse que não estava se permitindo ser quem ela era, talvez por medo de sentir igualada às demais ao vê-las preconceituosamente só como criminosas devido ao comentário em outro encontro sobre estar presa por causa de outra pessoa, que ela convivia normalmente com sua família, no trabalho e na igreja, sem jamais fazer nada contra a Lei e, quando não se permitia ser quem ela é no contexto prisional, acabava por afastar as demais e não sentia que era vista como um ser humano, criando um “*looping*” que agravava cada vez mais sua própria integração, desfavorecendo sua saúde mental e física e, conseqüentemente, agravando também suas relações interpessoais que poderiam apoiá-la e ajudá-la a diminuir o sofrimento. Compartilhando desse entendimento, a presa 8 acrescentou “*acredito que conversar é bom, pois se isolar nos causa piores reações, pois ninguém é suficiente o bastante para viver sozinho*”. Pelas pessoas serem sociais e por isso humanas, Pulino (2014-F, p. 04), afirma que ao longo da vida, “os indivíduos participam de processos de socialização no interior da família e para além dela, como as relações entre seus pares na vida social”.

Com a exploração dos conhecimentos alheios, pudemos pontuar algumas atitudes que demarcaram os elementos mais pontuais que foram trabalhados nos encontros, como a conveniência de estimular a autoestima e o reconhecimento do outro quando as presas demonstram que a maioria das picuinhas são originárias da importância que cada uma dá ao fato de estarem sendo avaliadas umas pelas outras. A expressão da presa 3 nos traz essa barreira: “*Acho que a dificuldade maior não é nem lidar com as diferenças de cada um, mas sim aceitar essas diferenças e aceitar que os outros apontem os nossos defeitos e não percebam os seus*”. É preciso fortalecer quem se é para que as tentativas de desvanecer sua subjetividade sejam sem efeito, elucidando sua personalidade quando apresenta suas características e também sua

cooperação para com o grupo através da troca de experiências. A frase da presa 3 evidencia sua resistência quanto aos estigmas sofridos: *“Estou em um grande desafio e não pretendo sair dele sem me esforçar ao máximo, para transmitir quem eu realmente sou. Ainda que isso incomode a muitos, mas não posso deixar de ser quem eu realmente sou para agradar ninguém...”*

Enfatizamos a importância que a comunicação aqui se faz quando permite que as presas se desenvolvam continuamente. Conforme Jovchelovitch (2004, p. 22) “é a ação comunicativa que a forma, ao mesmo tempo em que forma em um mesmo e único processo, os participantes da ação comunicativa”. Portanto, para que o comportamento ou a opinião diferente seja aceito, primeiramente precisa se fazer conhecido para então se socializar com as demais ideias através da comunicação, do entendimento e adoção deste de maneira singular por cada presa.

Para Pulino (2014-G, p. 10), ouvir essas vozes silenciadas de cada “eu” “nos convidam a sair do nosso lugar, a habitar outros tempos e outros espaços, a assumirmos uma postura crítica, reconhecendo a existência de múltiplas vozes, de diferentes possibilidades de o humano pensar, sentir e agir” como podemos identificar na fala de uma presa sobre a atividade de confecção artística que escolhemos aleatoriamente as integrantes de cada grupo: *“A cada dia que passa venho aprendendo a interagir mais com meu próximo, pois no último encontro aprendemos a trabalhar em grupo sem escolhas de parceiro, o que foi muito produtivo, pois aprendi a ter mais conhecimento com pessoas que tinha pouca afinidade, que cada uma do meu grupo tem um pensamento diferente e aos poucos venho me conhecendo mais, coisas e pensamentos só meus, venho conseguindo expor e compartilhar para minhas companheiras, venho a cada dia me esforçando para mudar certo comportamentos e atitudes minhas e aos poucos vem dando certo, pois eu não posso mudar meu próximo e sim a mim mesma”* (Presa 7). A mesma autora salienta que “talvez então, começássemos a conseguir ouvir as outras vozes, inaudíveis a nós, no momento. Poderíamos olhar o mundo com outros olhos” (PULINO, 2014-C, p. 05). As ações ativas e participativas em grupo foram os meios para se dar voz aos excluídos, permitindo a adoção das diversidades presentes no contexto de convivência de maneira a abrir novas estratégias emancipadoras.

Com a atividade reflexiva a partir do vídeo, pudemos trabalhar a respeito de aspectos relacionados às relações interpessoais no modo como cada pessoa é diferente na maneira de encarar as próprias memórias, a desculpa, o perdão, características de humildade foram discutidas a partir de personagens conhecidos historicamente. Nesse sentido, a presa 8 procurou entender a causa dos conflitos interpessoais em cela: *“o passar do dia dentro de uma cela é demorado, repetitivo e muito chato e acho que por isso saí tantas desavenças”*. Para tanto, lidar

com essas desavenças é exigido um mínimo de atitude como a presa 12 constata sobre ter se admirado com uma colega de cela que, ao observar sua dor nas pernas por ter sido operada recentemente, a convidou para esticá-las em seu colo, sua admiração se deu pelo fato delas mal se conhecerem pela recente admissão da companheira.

Essas ações interligadas ao assunto exposto sobre Mandela, proporcionou boas elucidações a respeito de tratar bem a outra, pois, conforme Magendzo (2006, p. 62), “a problematização da consciência e dos valores afirmados nela é a característica chave da pedagogia em direitos humanos”. Refletimos com as presas sobre a iniciativa e controle do que sentia para saber como lidar com as outras pessoas que anteriormente o feriram sem grandes motivos, sendo um ato de humildade com o outro que subjaz o ato de coragem para consigo mesmo, em perdoar ao aceitar suas vivências por mais desumanas que tivessem sido com a intenção de reconstruir caminhos mais pacíficos em sua vida.

A intenção foi de explanar as problemáticas a fim de averiguar soluções em conjunto, pois, conforme Garcia (2013) nossa história é mostrada subjetivamente aos olhos do outro, é no olhar do outro que nos encontramos e reformulamos nossas ideias socialmente. Desta forma, a busca pela compreensão do eu e conseqüentemente do outro, quando com a ajuda de fora consigo enxergar dentro de mim e permito a mim mesmo as mudanças necessárias para melhorar o convívio e, ao mesmo tempo que demonstro ao outro como sou e peço reconhecimento pelas minhas transformações através das experiências trocadas. Percebemos que, quando as presas buscam a compreensão de como elas são através do grupo, suas ações podem resultar em novas configurações relacionais positivas a partir do que aprende com a outra.

Dentre as problemáticas mais mencionadas e trabalhadas no grupo, sobressai a intolerância e o desrespeito entre as presas por espaço, físico e/ou subjetivo (opinião), que refletem a urgência de altruísmo para desejarem conhecer e reconhecer umas às outras para proporcionar um ambiente melhor. A presa 7 denuncia esses obstáculos de conviver entre diferentes “*a convivência num ambiente fechado com cada uma com um pensamento e uma atitude diferente não é fácil de aceitar*”. Por outro lado, a predominância das opiniões voltadas às crenças por mudanças a partir do espaço de escuta, onde elas encontram apoio para demonstrarem quem são, provam que não é impossível essa transformação social e humana e tem sido uma concordância entre as presas presentes nos encontros. Uma frase de uma das presas elucidada na atividade de confecção artística demonstra esperança na busca de um ambiente mais harmonioso: “*ninguém quer conviver num ambiente de conflitos*”.

Ainda na reflexão sobre o comportamento de Mandela, considerando o ato de se perceber para também perceber o outro, foi permitido ver a sua situação de forma diferente, modificar o olhar e o caráter em relação as demais. A fala da presa 4 representa esse entendimento: *“A gente só vê os defeitos dos outros e nunca os nossos mesmo, onde gera desavenças. Eu acho que conviver com certas pessoas não é fácil, não adianta a gente mudar o próximo se a gente não se mudar primeiro”*. As mudanças das dificuldades inter-relacionais se iniciam em nós que devemos ser caminho para que o outro se perceba e decida modificar o que lhe parecer preciso na maneira de viver. O modo de dar visibilidade à diversidade encontrada nas pessoas gera alternativas às práticas de exclusão por conduzir-nos ao conhecimento da própria singularidade e do outro (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2014).

Com essa ideia, a maioria das presas chegaram a mencionar sua boa vontade de melhorar para ser mais gratificante a convivência, expostas pelas seguintes falas: *“Pois acho que podemos sim, mudar e melhorar a cada dia mais”*. (Presa 9) / *“E nada como um dia após o outro, e eu sei que aqui tem pessoas que são verdadeiras e gosta de ouvir e ser ouvida e isso me faz muito bem”*. (Presa 7) / *“Quero mais é crescer como ser humano que sou e respeitar e ser respeitada”*. (Presa 12) / *“Tenho tentado absorver ao máximo esse desafio de conviver, para que eu possa levar isso para minha vida lá fora em meio a sociedade. Tenho certeza que vai ser muito útil para minha vida e um aprendizado que jamais alcançaria em qualquer outro lugar”*. (Presa 2)

Também merece destaque as falas que refletem os caminhos para se chegar a meta de melhor convivência: *“Devemos trocar experiências e adquirir experiências que sirvam para nos proporcionar em uma convivência melhor”* (Presa 2) / *“Convívio tem que ser discutido e incentivado, pois cada uma tem um temperamento diferente, vidas diferentes, pensamentos diferentes e problemas diferentes”* (Presa 8) / *“Sabemos que o ser humano é falho, é aí que entra o perdão e a desculpa, que nos ajuda muito a saber conviver”* (Presa 9) / *“Descobri que a tolerância é a essência da paz! E que nós mesmas, temos que vencer as barreiras de nós mesmas. [...] Sabermos tomar as decisões que não prejudica a nós mesmas e ao nosso irmão. Afinal, tolerar para respeitar, respeitar para compreender, compreender para amar”*. (Presa 5) / *“Conviver nessa realidade que estamos convivendo, exige muita paciência, compreensão e parceria”*. (Presa 3) / *“Eu aprendi que eu tenho que conviver bem comigo mesma primeiramente para poder conviver bem com o meu próximo. [...] Venho aceitando os meus erros e tendo a humildade de reconhecer e muitas das vezes, pedir desculpas”* (Presa 7).

Com a discussão sobre as dificuldades de se chegar a autenticidade, como a figura de Mandela, abrimos a reflexão sobre o que seria necessário para então se chegar neste ponto já

que, se uma pessoa conseguiu outra também poderia, então as presas apresentaram como formas: trabalhar a paciência, a escuta, compreensão do outro, assumir seus erros, saber pedir desculpas sem repetir os mesmos erros. Concluímos que, para se chegar a esses princípios, temos que iniciar em nós, nos entender, vigiar nossos comportamentos para saber como estamos reagindo às situações, para conseguirmos modificá-las. Trata-se de não esperar da outra sua mudança, mas de nós a realizarmos para que a outra perceba e tenha que reagir de maneira diferente como a que de costume, técnica denominada por Alexander (1946) de Experiência Emocional Corretiva (EEC), que a define como alternativa de propor um novo comportamento na pessoa a partir da mudança das reações que está acostumada a vivenciar, fazendo com que ela vá modificando seus comportamentos e respostas nas situações.

Outros aspectos trabalhados foram sobre a decisão por parte das presas de aceitar suas próprias experiências como parte de sua vida e que, não podendo ter controle do que lhe pode acontecer, pode ter o controle de decidir o que fazer com o que lhe tem acontecido, visando um plano de melhoramento, onde guardar sentimentos ruins pela não aceitação fere primeiro a si mesma antes de pensar no mal que causaria no outro conforme mencionado por Cortella (2014) sobre a vingança ser o veneno que primeiramente nós quem tomamos. O acreditar em nós mesmas é peça essencial para ver a mudança também a partir do outro e, para nos transformarmos em pessoas mais humanas, devemos observar se temos sido autênticos como Cortella (2014) denomina a pessoa que age de acordo com o que fala e pensa para então sermos exemplos de posturas autênticas a partir do que temos em nosso interior. O ideal é “pensar nesse semelhante como diferente, um outro humano, marcado por suas especificidades, pela cultura de que faz parte, por suas crenças, ideias, valores, características físicas” (PULINO, 2014-A, p. 04) para que possamos enxergar o outro quando consideramos sua própria experiência.

Com a apresentação do clip musical “Eu vou seguir” da cantora Marina Elali, as presas comentaram perspectivas sobre como lidar com as dores resultantes do que o outro fez para si, e a presa 4 compartilhou sobre seu sentimento em relação a música, *“me fez refletir muito por isso eu não posso desistir, pois não deu certo hoje, mas amanhã pode dar certo, pois um guerreiro nunca desiste da batalha, pois eu sou uma guerreira e jamais vou desistir de lutar”*. Também foi mencionado a síndrome de Gabriela de *“eu sou assim, nasci assim e vou morrer assim”* proporcionando uma discussão saudável a respeito dos próprios comportamentos que acabamos sujeitados a essa ideia e nos bloqueando de fazer diferente do que estamos acostumados, dificultando enxergar nosso próximo pela inflexibilidade e, conseqüentemente de compreender as situações.

O desenvolvimento humano acontece quando somos humanizados por nossos comportamentos, Pulino (2014-F, p. 03) defende a ideia de que “enquanto seres humanos, em termos históricos, culturais e sociais, nossa identidade vai se processando no interior da família” e, essa identidade continua a se processar nos meios sociais que, enquanto presa, a mulher possui através de suas companheiras de cela o fator primordial para se tornar humana ao procurar atitudes mais pacíficas em meio às dificuldades.

A partir da dinâmica vivenciada, na qual as presas se apresentaram ao grupo mencionando uma de suas qualidades, podemos perceber que elas se sentiram mais próximas por poderem compartilhar algo pessoal que parecia que as demais nem sequer imaginavam delas. Nesse sentido, a presa 7 refletiu sobre a vivência pontuando que *“é mais fácil falar os defeitos do que as qualidades”*.

A reflexão feita sobre a vivência demonstrou o entendimento geral de união, enxergar o outro e de grupo, contudo, também ressaltamos a possibilidade de aspectos negativos adentrarem no processo da vivência, pois, enquanto uma presa se apresentava dizendo algo que vê de melhor em si mesma, foi dada abertura às demais em julgar se ela era ou não da forma que se apresentou, porém, mesmo com a possibilidade desses julgamentos de valor em pensamento, pudemos notar que as presas respeitaram o momento da outra quando seus julgamentos valorativos ficaram somente em pensamento como uma expressão de uma presa pode explicitar *“pude não só olhar os defeitos, mas as qualidades que cada uma tem”* (Presa 5).

Nesse sentido, o grupo é visto como espaço real de encontro pelas presas, sendo um lugar que elas se sentem, em geral, a vontade para se expressar e resolver suas diferenças com respeito e podemos representar isso na fala da presa 2: *“Só que o que eu realmente percebi é que no grupo é uma coisa, a gente se sente mais à vontade de falar tudo que pensamos e sempre entramos em um acordo e no dia a dia continua quase a mesma coisa, porque são poucas as que acata com o aprendizado”*. Contudo, podemos observar nessa fala o bem-estar que os encontros proporcionam, ao mesmo tempo que demonstram um receio que podemos ligar à importância que elas dão na união que precisam fortificar entre si para que haja o compromisso de aceitar e respeitar as diferenças umas das outras para fazerem parte do mesmo ambiente de forma mais cooperativa e manter a cultura da paz entre elas.

González e Castro (2015, pp. 1-2) retratam sobre a paz definida pela ONU (1999) “como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida que traduzem o respeito à vida, ao ser humano e à sua dignidade, com destaque aos Direitos Humanos e o repúdio à violência em todas as suas formas, bem como a adesão aos princípios

da liberdade, justiça, solidariedade, tolerância e compreensão entre os povos e as pessoas” o que parece ser exatamente o que as presas têm buscado quando interagem entre si por nossa mediação para chegarem em acordo de suas opiniões, demonstrando através das atividades e reflexões a luta pelo reconhecimento de ser uma pessoa humana. Nesse sentido, podemos sustentar que as atividades realizadas nos encontros proporcionaram caminhos para constituição da cultura da paz que, segundo González e Castro (2015, p. 02) “se refere a um processo dinâmico e participativo que busca promover o diálogo e a resolução criativa e cooperativa dos conflitos que surgem no decorrer das interações e relações humanas”.

Podemos perceber um processo significativo que acontece na convivência das presas: a) a questão da impossibilidade de cada uma manter um canto único e singular numa cela tão cheia, a discussão se sobrecarrega muita das vezes quando uma não entende que a outra quer ficar isolada. Essa necessidade de espaço é também representada nas atividades com o discurso “*o espaço de uma termina onde o da outra começa*” denunciando a falta de compreensão para com a necessidade do outro; b) a problemática da aproximação entre presas de subgrupos diferentes criados em cela. Comentários como da presa 5, “*é bom quando percebemos que a outra não está bem, estou há mais tempo aqui e consigo perceber quando alguém já está diferente, poder chegar e conversar com a pessoa é algo bom, porém, às vezes o que recebemos de volta é uma agressividade, a pessoa parece que não quer ser ajudada, mas não precisava responder dessa forma*” representa a iniciativa que as presas têm para se ocupar com a outra, porém, percebe-se problemáticas nessas tentativas de aproximações, como uma notória e automática “não aceitação” da outra. Para essa rejeição podemos ter como hipotética os acontecimentos anteriores quando as presas adentram à cela de convivência e se unem com uma ou outra por quem sente mais afinidade e a partir de seus subgrupos acabam por tornar-se parte deles, desta forma, havendo já uma rivalidade entre as presas antigas, as novas acabam por se submeter a não escolha de ter uma boa convivência com as demais e adotam o comportamento de “sentir as dores da outra”.

A tendência dessa direção conflituosa infere a primordialidade de buscar o que Pedroza e Chagas (2015, p. 07) falam sobre a luta pelo reconhecimento dos direitos humanos: o “reconhecimento dos direitos coletivos e não apenas os de cada indivíduo, incluindo todas as vozes não hegemônicas” e apontam “para a necessidade do reconhecimento de todos enquanto humanos, em si e na coletividade, juntos uns aos outros”. Trata-se de tornar-se humana a partir de suas relações com as outras e também ser humana com as outras quando as respeita em sua singularidade. Para Nascimento e Delmondez (2014-C, p. 08), “o sujeito [...] se constitui a partir de uma produção viva de si ao entrar em contato com o outro, atribuindo um sentido singular

as suas experiências. E, assim, a ‘subjativação’ se realiza como processo por meio de práticas e técnicas de si, em que se constitui a partir de si mesmo e da relação com a alteridade”.

Sabemos que as pessoas escolhem outras para fazer parte de seu grupo social devido as suas afinidades, porém, como o trabalho fundamenta-se em buscar um certo tipo de afinidade com o outro que não se tinha através do mínimo respeito por quem se é, a atividade de confecção artística sobre o que as presas apreenderam para a boa convivência social, favoreceu a discussão sobre os aspectos de respeito à diversidade cultural e até mesmo os direitos humanos de cada uma presente a partir do modo que os subgrupos foram montados aleatoriamente, ficando as presas sujeitas a trabalharem juntas com outras que mantinha certo distanciamento.

Nesse sentido, avistamos ótimos resultados quando as presas reconheceram certas semelhanças ao trabalhar em união com pessoas que são tão diferentes entre si na maneira de pensar e agir, ajustando essa realidade à fala de Pulino (2014-A, p. 04), “os humanos diferem entre si de várias formas. A espécie humana é marcada pela diversidade, tanto aquela entre grupos étnicos, culturais, sociais como a referente a cada um dos indivíduos”. O resultado proporcionado pela exposição foi da união de palavras e sentidos em comum pelos grupos como: humanidade, paciência, diálogo, sinceridade, humildade, amor, respeito, união, autoestima, paz, alegria, liberdade. Houve uma frase, criada por um grupo na confecção artística, que resumiu essa sequência de valores e demonstrou o que se espera alcançar com o grupo pela presença da outra e do que precisamos melhorar em cada uma para então se chegar a um entendimento e boa relação: *“tolerar para respeitar, respeitar para compreender, compreender para amar. Tolerar para respeitar, respeitar para compreender, compreender para amar”*.

Por conta das diferenças encontradas nas mulheres, Siqueira (2008, pp. 256-257) enfatiza o trabalho com a mulher, considerando a questão de gênero, em elevá-la como sujeito enquanto ser-no-mundo e dos múltiplos agenciamentos de subjativação que produzem diferentes subjetividades que precisam ser consideradas em suas pluralidades. Para este fim, provocamos uma discussão sobre as diferenças entre as mulheres e os homens quanto à convivência social.

Quanto à problematização se teria alguma diferença na convivência só entre homens ou só entre mulheres a presa 12 mencionou *“faz diferença porque mulher fala mais que homem e por isso traz mais confusão”* completando sua ideia de gênero da mulher quando diz que *“a mulher se arruma para outras mulheres, ela se preocupa no que vai provocar na outra”*, outras presas também concordaram com ela nessas opiniões que exprimem a ideia de ser mulher e, ressaltamos a ideia de ‘provocar’ uma outra mulher ter sido tanto explicitada como obteve

concordância de outras companheiras. Quando provocadas se os homens poderiam apresentar as mesmas características que elas apresentaram ser da mulher e que causam alvoroço nas relações, elas praticamente concordaram sem muito entusiasmo demonstrando que, independentemente de alguns homens e algumas mulheres apresentarem características que socialmente é aprendido que pertencem a determinado gênero, sua generalização, ou melhor, sua naturalização sociocultural se sobressai a ideia que algumas pessoas diferentes possam ser reconhecidas com características não tão peculiares a seu gênero socialmente definido.

A essa ideia Meyer (2003) afirma que é preciso assumir que as desigualdades entre mulheres e homens são impostas cultural e socialmente através dos discursos e que a sociedade se ocupa de educar homens e mulheres como seres de gênero. Dessa forma, as pessoas são impostas à uma classificação geral do que necessariamente em suas características singulares, o que dificulta o respeito por quem cada pessoa é. Nessa perspectiva de discussão, Scott (2005, p. 23) salienta que a pessoa diferente se torna a noção abstrata de um ser que é separado em um grupo social que não se iguala ao ideal do sujeito normal, visto este como o homem branco idealizado, diferente da figura dos sujeitos existentes nas prisões e também pela classificação ao gênero.

Por outro lado, obtivemos um reflexo positivo sobre essa atividade quando a presa 2 expôs sua vivência: *“eu queria realmente escolher as pessoas que são mais próximas de mim e que tenho mais afinidade pra estar no meu grupo, foi aí que me surpreendi quando me vi com pessoas que não tinha nada a ver comigo, mas foi assim que aprendi que cada ser tem sua maneira de agir e pensar e expressar os seus sentimentos, atitudes e que tínhamos muitas coisas em comum, pois foi muito bom”*. Esse tipo de atitude confirma a abertura e vontade das presas de estarem em sintonia para buscar melhores modos de conviverem bem entre si.

Neste caso, percebemos que atividades que permitam o conhecimento umas das outras podem favorecer o entendimento de que ouvir e conhecer o outro é o início para transformações pessoais e sociais mais saudáveis. Com isso, independentemente das dificuldades que possam vir a ter entre elas devido suas diferenças, precisam perceber o que se perde e o que se pode ganhar em tornar as relações saudáveis para um ambiente mais propício às trocas e também ao aprendizado com a outra, afinal, aprendemos com as situações diferentes do que já conhecemos porque precisamos diversificar e desenvolver nossos conhecimentos, assim, no ambiente prisional ou me permito desenvolver com a outra ou não me permito desenvolver-me.

Com este entendimento, o reconhecimento do eu inevitavelmente está no reconhecimento do outro, pois, ao saber quem é o outro, sabe-se quem se é. As relações interpessoais partem como princípio da construção subjetiva de mim e do outro, só sou quem

sou pelo que o outro me é. Ao compreender que a constituição da subjetividade se dá por meio das relações sociais e que o ser humano é fruto e expressão da cultura, poderão se abrir novamente para a troca social solidária para a continuidade da identidade que se quer constituir de si. É por este caminho que para Nascimento e Delmondez (2014-C, p. 07) “a diferença cultural toma espaço de essencialidade para as reivindicações políticas multiculturais, pois perpassa pelo reconhecimento do outro e de si como prova de um processo de realização pessoal”.

Na perspectiva do papel de gênero, durante os encontros podemos observar as influências sociais e culturalmente impostas às mulheres presas. A exemplo disso, tivemos após apresentação do clip musical “Tocando em frente” de Almir Sater a abertura de uma discussão sobre a busca pela paz para poder sorrir, foi questionado como as presas poderiam encontrar essa paz para poderem sorrir, pois esse exercício desenvolve a autonomia das presas quando se propõe que elas participem na solução das dificuldades encontradas que, para Pulino (2014-G, p. 02) a intenção é ir além do exercício de autonomia intelectual, mas que todos os envolvidos na questão encontrem de forma democrática a melhor solução que regule as relações sociais existentes.

Assim, algumas presas quiseram expor suas dificuldades de encontrar a paz por conta dos maiores motivos para elas estarem do lado de fora da prisão – a família, o trabalho – o que denuncia a ligação das presas, em geral, com seus papéis de gênero culturalmente influenciados que, demarcam o agravo do sofrimento prisional por não ser permitido que os vivenciem quando perdem a autonomia de serem donas de suas ações na família. Outras falas expressam o mesmo sentimento “*quando sai um assunto, prefiro me manter calada e nem mesmo comentar, pois minha vida não é aqui dentro e sim lá fora*” (Presa 8) e “*cada uma de nós que convivemos num lugar que nos impede de muitas coisas, sabemos que lá fora, atrás desses muros, temos uma família que nos ama e que sofre muito*”. (Presa 5). Na atividade de confecção artística todos os grupos lembraram da família, representadas por expressões como: “*saber respeitar a família*”, “*filhos e família é tudo*”, “*saudades*”.

De acordo com a literatura no âmbito prisional, quando a mulher é presa, tem como motivação essencial a família, primeiro porque o reflexo do gênero mulher são seus papéis de mãe, esposa, etc., quem cuida e oferece os respaldos para o desenvolvimento das crianças, quem dá educação e prepara as crianças para um futuro, quem cuida do companheiro e da família como um todo. Lopes (2004) fala da mulher presa na perspectiva dos olhos da sociedade como mulheres de “má qualidade” que se desfizeram de seus papéis ao preferir realizar as vontades de seus egos e, por isso, perdem o protagonismo de mãe, esposa, etc. A mulher presa sofre com

a impossibilidade de agir de acordo com seus papéis, por estar longe de seus filhos e estando ela, presa por algum erro que cometeu, tem a incompatível ideia de ser ao mesmo tempo, o modelo de erro na sociedade e a educadora de seres humanos para a sociedade e, o sentimento de falha relacionado com o fato de ser mulher causa-lhe o desconforto com os seus próximos. Assim, como denomina Nascimento e Delmondez (2014-C, p. 03) "o sujeito vai trilhando um processo de subjetivação calcado sobre uma série de verdades estabelecidas".

Apesar da maioria das expressões das presas até aqui apresentadas representarem uma ação da própria presa em envolvimento com uma outra pessoa, alguns dos discursos foram voltados somente a própria pessoa, representando o que é preciso desenvolver melhor para o ser humano se sentir humano em si, ao mesmo tempo que, traduz a necessidade do ser com o outro: *“saber respeitar a si mesmo, não importa o que os outros pensam”, “amar você em primeiro lugar”, “não desistir das coisas difíceis”, “mundo melhor a cada dia a dia aprender mais e mais por si próprio”, “saber lutar por aquilo que quer”, “saber viver a vida”, “todos nós somos capazes de ser alguém na vida, basta querermos”, “não corra tanto, se você estiver bem com você mesma, as coisas chegarão até você”*.

A necessidade de manter-se íntegra biopsicossocialmente é um desafio contínuo para a mulher presa, como as falas apresentam. São gritos de socorro dados em função de se permanecer viva, sobretudo mulher – em papéis de gênero. Alguns discursos representam essa problemática sofrida, como quando a presa 3 solicitou se expressar em relação as dificuldades no grupo e mencionou *“é difícil ser compreendida num lugar como esse que só te veem como ruim, quando a gente chega, chega um momento em que falamos o que fizemos, eu esperei um tempo porque o que eu tinha para contar é que jamais me imaginei num lugar desse... eu trabalho, cuido dos meus filhos, vou à igreja e nunca me envolvi com o crime, acabei aqui por outras pessoas e não tenho mesmo a ver com o acontecido, mas daí, te julgam mesmo assim...”*.

Para Foucault (2000), a pessoa fica submetida, enquanto existir, aos discursos que pretendem aferir verdades sobre ela. Essa mistura de sentimentos representa a cisão imposta entre o ser que é pelo ato que a levou presa e o ser que é com o fato de ser mãe, esposa, etc., a incongruência existe pela dificuldade de aceitação na sociedade de uma mulher ser tão boa em seus papéis sociais e de repente, ser uma mulher exposta à sociedade como presa, que representa a pessoa ruim, que nesse sentido, jamais se comportaria em ser uma boa mulher em seus papéis principais de família. Esse desapontamento é refletido pela própria mulher presa em si, entrando ela mesma em conflito. Para Pimentel (2008), as mulheres presas não se consideram criminosas por causa dos papéis sociais se sobrepor a qualquer outro visto como errado à sociedade, contrariando assim os papéis pelos quais as mulheres são essenciais à

sociedade. Essa imposição de papéis se verifica na teoria de gênero definida por Scott (1995, p. 75) como “uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e de mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.

Vale lembrar que todas essas ações trabalhadas jamais existem sem a relação entre as pessoas, consolidando a ideia de que somos humanos porque vivemos com outros seres propício a serem humanos conosco. Consideramos o trabalho grupal com pessoas diferentes uma alternativa de possibilitar a troca e o reconhecimento de si para si mesmo e para o outro, pois, “as histórias coletivas e as vivências pessoais de sujeitos se articulam constantemente” (BRAH, 2006, p. 360) e “a experiência é lugar de formação do sujeito” (BRAH, idem).

Podemos citar pela boa repercussão do trabalho reflexivo e interventivo as falas da presa 8, “*mesmo que nem todas aprendam algo com o tema, outras levam para si no presídio e até na vida particular*” e também da presa 9 “*achei muito importante tudo que ouvi e aprendi, pois tenho sempre comigo esta frase... Errar é humano, permanecer no erro é burrice e aprender é importante*”. Também como bons frutos das reflexões grupais podemos citar as falas da presa 5 “*apesar do lugar que eu me encontro, tem pessoas que acreditam na nossa recuperação, para podermos enfrentar obstáculos, com sabedoria para não sofrer mais com as consequências dos nossos atos*” e a fala da presa 7 sobre seu tornar-se humana, “*e acima de tudo sempre respeitar quem está perto de mim e como diz a música é preciso saber viver da melhor forma possível. E eu sei que eu tenho muitos defeitos, mas também tenho muitas qualidades e é elas que eu quero usá-las e saber valorizar as pessoas*”. Essa postura de procurar a mudança em si comunica-se com o que Paulo Freire (1999) fala sobre o destino ser modelado pelas próprias pessoas que com o outro vive um tempo de possibilidades e incertezas que só cabe a pessoa sua responsabilização.

Na atividade de confecção artística, houve a representação de esperança das participantes em alguma melhoria a partir dos encontros. Algumas dessas expressões: “*a esperança produz a fé, a fé produz a coragem de lutar, e alcançar nossos objetivos, por mais complexos que seja*”, “*paciência é a chave, liberdade é a meta*”, etc. As presas denunciam e propõe soluções de comportamentos que ajudariam nas situações, o que aparentemente parece falta é a forma mais aceitável de comunicar sua ideia a outra ou mesmo seu sentimento.

Com a união entre parceiras de cela, faz com que o cumprimento da pena para a mulher seja mais ameno quando se pode construir um local delas, com suas características e onde pode, sendo cada uma a si mesma, sentir-se familiarizada quando conta com o apoio e crescimento pessoal a partir das experiências compartilhadas.

### 4.3. Análise dos Resultados Obtidos com os Questionários

A seguir apresentamos os resultados da avaliação dos encontros grupais respondidos pelas presas por um questionário em escala likert avaliativa, a cada tópico:

1. expectativas iniciais das presas em relação ao grupo obtivemos respostas favoráveis em seis respostas “muito bom” e duas “bom” e infavoráveis três “ruim” e uma “indiferente” que refletem a disposição e crença das presas em relação a possível mudança na convivência na cela, sendo sua presença fator de esperança apresentada por elas;

2. três encontros ocorridos até o momento da avaliação, com respostas de dez “muito bom” e duas “bom”, esclarecendo boas perspectivas que os encontros possam ser um caminho para as mudanças que todas apresentaram desejar para um bem maior em comum;

3. coordenação técnica profissional do grupo, alcançado um resultado bem favorável de nove “muito bom” e duas “bom”, contando com uma “indiferente” quanto ao profissional estar conduzindo o grupo de forma favorável a todas as participantes e com os instrumentos que cooperam para o fim de conscientizar as presas quanto suas diferenças e o respeito por elas no grupo interventivo;

4. andamento do processo grupal, que tem possibilitado reflexões e mudanças esperadas pelas presas quando avaliam em quatro “muito bom” e sete “bom”, sendo somente uma “indiferente”. Podemos salientar que as presas estão em acordo quanto a ideia de Pulino (2014-G, p. 05) de que a “humildade, vontade de tentar, disposição para a mudança, para a troca, abertura para a conversa, para ouvir o outro” são importantes para “mudar nossa própria maneira de pensar e agir a respeito de questões importantes”;

5. frequência que os encontros ocorrem, com cinco das avaliações como “muito bom” e cinco como “bom”, de maneira que podemos pensar que a frequência dos encontros semanais tem sido essenciais e precisos para que durante a semana as presas pudessem colocar em prática o que aprenderam e, de fato, foi verificada melhora das discussões que chamavam a atenção do setor da segurança como os demais setores, podendo concluir que as presas têm levado em consideração a tentativa de melhorar por si mesmas seu convívio com as demais. A frequência avaliada como favorável se deve também ao tempo que elas tinham para realizar um exercício escrito pós-encontro para sintetizar o que puderam aprender e somar dos encontros;

6. duração dos encontros: também obtivemos um feedback positivo das presas com sete “muito bom” e três “bom” contra uma “ruim” e uma “indiferente” que pode ser referente

a necessidade de reflexões mais cotidianas para colocarem em prática no dia a dia do que apreendem em momento grupal quando estão mais unidas e abertas para a outra.

A segunda parte da avaliação por questionário sobre os comportamentos para se conviver em grupo se deu por perguntas mistas e obtivemos os seguintes resultados demonstrados pelo Gráfico 4, das respostas dicotômicas “sim” e “não” e as respostas subjetivas serão apresentadas em seguida:

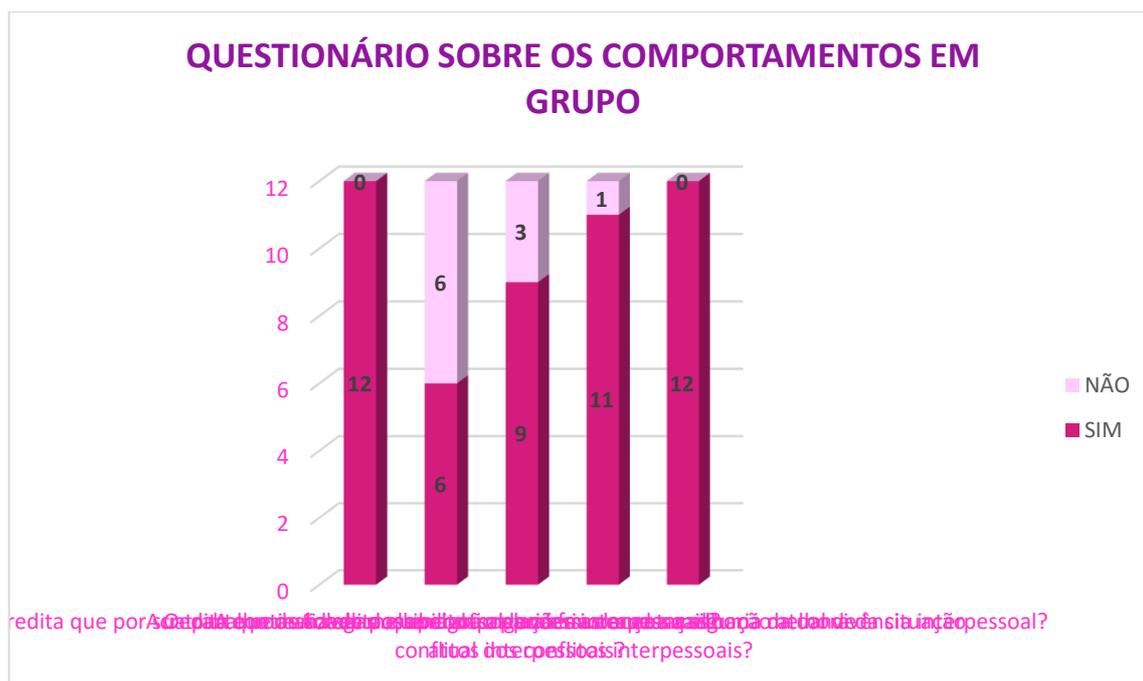


Gráfico 4. Questionário sobre os comportamentos em grupo.

A primeira questão, sobre melhoras nas relações interpessoais por parte das presas respondentes foram obtidas doze respostas positivas, assinalando a iniciativa por parte delas de procurarem por em prática o que adicionaram ao conhecimento pelos encontros, sendo as respostas representadas por frases do tipo “sou aberta à mudança quando vem trazer melhoria”, “tudo que aprendo procuro por em prática”, “fortalece psicologicamente”, etc.

A segunda questão, sobre acreditar que as colegas cooperariam para concretizar essas mudanças, obteve seis respostas tanto positivas quanto negativas, demonstrando que parte delas acreditam na possibilidade de a outra mudar enquanto outras não apostam muito nisso quando representam essas expectativas nas frases como “algumas não tem boa vontade de mudança”, “no grupo é uma coisa, no dia a dia outra”, “se não acreditar no outro não posso em mim mesma”, “está tendo melhorias”, “acredito que podem mudar a maneira de compreender”, etc., porém uma das frases, apesar de responder negativamente quanto as companheiras, justificou sua resposta com um espaço para a esperança “talvez porque está no começo”, o que

demonstra ainda a consciência de que para toda transformação é necessário um trabalho prolongado, atencioso e meticuloso.

Na terceira questão, sobre a opinião em relação as possíveis melhoras nos conflitos interpessoais que os encontros poderiam ter ajudado, nove presas relataram acreditar nessa possibilidade, tendo aprendido sobre *“reconhecimento dos erros”*, *“ouvir opiniões”*, *“ter mais compreensão”*, *“esperar para falar”*, *“respeitar as diferenças de cada um”*, *“nos conhecer melhor”*, etc. e, representando as três respostas negativas, as presas tiveram comentários como *“parece que ninguém quer por em prática o que aprendeu de bom”*, *“precisa de mais encontros”*, etc.

Na quarta questão, sobre a possibilidade de melhoras dos conflitos interpessoais com a continuidade dos encontros, onze deram respostas positivas, apresentando justificativas como *“aprender valores”*, *“para me tornar uma pessoa melhor”*, *“melhorar a convivência”*, *“aprendo a lidar com as diferenças”*, *“valorizar as pessoas”*, etc., mostrando que as presas estão tomando um caminho de reflexão para seus próximos passos, aprendendo a lidar com as situações e procurar a melhor forma de se comportar nelas. Uma das presas respondeu negativamente, justificando que não se sentia à vontade, demonstrando o momento de integração e entrega das presas ao grupo ainda estar iniciando pelos primeiros encontros.

Na quinta questão, quanto a acreditar que algo possa favorecer a melhoria da convivência, com doze respostas positivas, todas as presas aparentam acreditar e querer fazer seu melhor para que consigam juntas alcançar um ambiente mais harmônico e garantidor de melhorias para um momento tão difícil que é o encarceramento de cada uma. As presas apresentaram como justificativas de suas respostas: *“respeitar a opinião e espaço da outra”*, *“ser mais verdadeira”*, *“acredito na mudança do ser humano”*, *“amar o próximo como a si mesma e Deus”*, etc., uma das presas até mesmo optou por dar a sugestão de continuidade do trabalho grupal quando escreveu *“mais trabalho em grupo para uma entender a outra”*.

A sexta questão, subjetiva, sobre como seria um ambiente sem conflitos interpessoais pudemos concluir que este ambiente seria, para elas, um local onde todas se respeitassem, com mais diálogo sem críticas, compreensão, humildade, educação, sinceridade, um lugar calmo e harmonioso sem debates e com amor onde cada uma pudesse ser quem se é, assumir os erros quando errasse e ajudar o próximo por companheirismo.



Figura 1. Prática de Feedback

Fonte: [http://www.secovi.com.br/files/Noticias/treinamento-pratica-de-feedback\\_281\\_242.jpg](http://www.secovi.com.br/files/Noticias/treinamento-pratica-de-feedback_281_242.jpg)

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O tema da diversidade cultural no ambiente prisional é relativamente novo quando nos propomos a desenvolver ações humanizatórias nas relações interpessoais entre presas a fim de identificar, na realidade de convivência entre elas, os aspectos que interferem na boa convivência social, buscando conscientizá-las sobre os comportamentos de intolerância pelas diferenças, direcionando possíveis transformações para que os conflitos por discriminação se amenizassem. As pesquisas relacionadas a realidade prisional feminina são escassas e pouco conhecida no Brasil, principalmente quanto ao foco de intervenção psicossocial a respeito das relações interpessoais existentes no âmbito prisional, dada a importância desfalçada da funcionalidade das prisões em sentido geral pela sociedade que não deu conta educacionalmente da cidadã como pela questão de gênero da mulher ser tão incompaciente socioculturalmente, pouco se sabe das dificuldades biopsicossociais existentes num espaço de sobrevivência cotidiana entre pessoas com personalidades tão diferentes entre si. Presencia-se a urgência de ações comprometidas com os direitos humanos e, para que essas ações tenham cunho realista de mudança, seus profissionais precisam ser qualificados e, antes mesmo, crentes na pessoa do outro. Sabe-se que a realidade feminina detém de facetas singulares que vão além do que pode ser trabalhado com o sexo masculino, precisa-se estudar as possibilidades após conhecer as necessidades de cada contexto de vivência.

Nesse sentido, haja vista os comportamentos incompatíveis à boa socialização entre seres diferentes que dividem o mesmo espaço, a ideia de trabalhar com as presas com base na educação para os direitos humanos, colocando-as frente à frente através de atividades que se processam em união, pudemos criar um espaço de discussão onde as diferenças evocaram por reconhecimento quando contavam com a segurança do local para vivenciar suas verdades, possibilitando repensar as ações e outros comportamentos que possam impossibilitar a boa convivência. Para que se pudesse adquirir a boa convivência com a diversidade presente, foi necessário oferecer momentos para conhecimento das presas entre si, seja no que são iguais e no que são diferentes, desenvolvendo a conscientização da necessidade do respeito e da tolerância para com a outra, um caminho indispensável para que possam ter a capacidade de escuta, compreensão e solidariedade para com a próxima e suprimir qualquer fracasso nas relações sociais. No entanto, todo o desenvolvimento solicitou a construção de práticas que guardassem elementos sociais fundamentais que envolvessem a problemática do gênero mulher

da sociedade e da prisão como uma pessoa só, resguardando a subjetividade e o papel político-cidadão ao promover caminhos para o desenvolvimento humano saudável.

Os meios encontrados para favorecer o reconhecimento da diversidade cultural existente na cela feminina foram as atividades de reflexão conjunta após assistir a um vídeo, confecção artística por escritas, dinâmicas, etc. que viabilizaram o entendimento de como é ser tratado como seres humanos. Para as presas, as ações em união traduziram a esperança de um compromisso para transformarem o convívio em cela melhor, percebido pelos momentos de atenção, discussão e respeito pela fala das companheiras. Com isso pudemos propiciar um ambiente sociável para que as subjetividades presentes, antes silenciadas pelo âmagô punitivo duplo, pudessem se expressar exatamente como são.

Durante a etapa de observação pelos atendimentos psicológicos individuais e pelos encontros grupais, percebemos que o julgamento preconceituoso existe, na mesma intensidade da vida social, dentro das instalações prisionais. É comum os depoimentos de que uma presa tem sua autoestima ferida devido ao impacto que sofre ao ser apontada e julgada por outras colegas de cela, estas, sem ao menos a conhecerem, criam uma ideia da outra em si mesma e proliferam o mesmo comportamento nas demais, resultando-se numa teia de intrigas interpessoais e, conseqüentemente, a convivência em um ambiente hostil. Dessa forma, parece que a liberdade é perdida em diversos ângulos, tornam-se presas não somente pela perda do direito de ir e vir, mas de tornar-se humana com a outra.

Na prisão a ‘vestimenta’ da presa subordinada acontece não só com a perda de sua identidade e feminidade quando são proibidas de usar acessórios, maquiagem, roupas femininas, etc., mas também quando desejos e vontades individuais são reprimidos a favor de uma minoria que comanda o espaço prisional e, na maioria das vezes, nem é avaliado o melhor para a grande maioria que convive naquele espaço quando as presas mais antigas apenas repetem as velhas regras de convivência às novas ingressas ao sistema prisional sem avaliar sua realidade e necessidades – modo de inclusão excludente.

Durante as ações interventivas-reflexivas observamos que as presas passam por momentos de estresse quando, pela falta de espaço individual, não podem ter um tempo para com seus próprios sentimentos, ao mesmo tempo que percebemos uma notória necessidade de uma se aproximar da outra que, diferente de si, acaba não sendo bem aceita. Ambos dificultadores causam inconveniências e desconfortos quando não houver compreensão da situação das envolvidas, resultando assim, os conflitos interpessoais quando demonstram a intolerância para com as diferenças e modos de vivência de umas pelas outras. Paradoxo também é pensar na controvérsia que o efeito da prisionalização estaria apenas nas forças

institucionais pela composição hierárquica entre as pessoas com autoridade, como os/as guardas penitenciários sobre as presas e não entre as próprias presas. As relações interpessoais constatadas nos encontros demonstram a relutância entre as presas que procuram transparecer além de um espaço do colchão para ficar na cela. As pessoas não querem apenas estar, mas ser alguém no local em que estão presentes. Dessa forma, não se trata do que é ser certo ou errado nas discussões em grupo, foi preciso dar caminho para que as presas compreendessem o que a outra comunicava, necessitando do desenvolvimento da maturidade para lidar com o imprevisto, combatendo os sentimentos de rejeição que, a cada contenda, faz aumentar os sentimentos solitários que o encarceramento traz.

Para tanto, o trabalho realizado possuiu a visão de uma reconstrução de parte de vida da presa ao mesmo tempo que, ela por si toda. As próprias presas em convivência grupal, puderam perceber em si mesma o que precisavam modificar e, sua busca pela mudança espelhou uma transformação de si e das outras envolvidas quando ao reconhecer as atitudes que exercia desumanamente com a outra era também as atitudes que sofria, permitindo assim, ao reconhecer em si suas dificuldades e dores, vê-las nas outras e escolher transformar essa realidade ao tornar-se humana com a outra no dia-a-dia.

Pudemos observar o despertar da motivação e do interesse das presas no que fomenta a identificação e a busca pela melhor forma de combinar suas vontades e desejos de “querer ser” com as demais, abrindo espaço para a comunicação de modo que organize as regras de convivência adequadas a todo tipo de diversidade presente no contexto prisional. Afinal, se é preciso preservar a boa convivência, elas precisavam se conhecer e conhecer a outra e, para isso, compreender que papel tem tido nessa relação com as demais e como tem se apresentado e sido vista pelas outras, para então poder se abrir às novas possibilidades de ser.

Como este assunto da diversidade cultural, trabalhada presencialmente no ambiente prisional com o objetivo de integrar as presas para uma melhor convivência social, é visto como práticas menos frequentes, senão ausentes, na literatura, podemos considerar esse tipo de trabalho com a mulher e presa sendo uma só subjetividade, um caminho para outros trabalhos científicos para o melhor entendimento das repercussões que têm o tratamento do gênero mulher e a classificação criminosa como rótulos sócio e culturalmente impostos às mulheres que, vivenciando o estado punitivo prisional acaba por ter que sobreviver aos imersos sofrimentos da incompatibilidade de seus papéis sociais e subjetividade além da pena judicial. Teoria de gênero e criminalidade são assuntos bem abordados cientificamente, porém, com a essencialidade da vivência presencial menos conhecida que precisa de atenção para uma compreensão mais integral da realidade da mulher presa para o desenvolvimento de ações mais

humanitárias. A reivindicação persiste em termos de novas propostas serem conduzidas ao favorecimento da autonomia da mulher, incluindo práticas de combate à discriminação por iniciativas além do público feminino, por todos que acreditam numa realidade onde as diferenças podem ser vivenciadas em sua essência.

As limitações enfrentadas ao longo do trabalho se deram por motivos físicos e subjetivos. Os motivos físicos foram pela falta de espaço para os encontros, sendo apenas um horário curto em um dia da semana específico liberado que acabou sendo feriado durante os encontros, assim como utilizado por outros profissionais além do horário limite de suas ações, encurtando nosso tempo de encontro, como também a falta de energia elétrica na unidade prisional. Os motivos subjetivos foram devidos as resistências de algumas presas após o primeiro encontro, transparecendo que tinham esperança que somente um encontro fosse necessário para a transformação da convivência social entre elas, demonstrando sentimentos de descrença pela boa convivência entre elas em outros encontros. Apesar da presença dessas limitações podemos concluir que os resultados foram positivos por possibilitar encontros humanos quando permitimos uni-las em um mesmo ambiente diferenciado da cela, onde puderam discutir e refletir sobre suas diferenças através das atividades conjuntas, com respeito para com a outra, resguardando a dignidade e o bem-estar de todas as presentes quando as singularidades foram reconhecidas pela busca de alternativas para melhor convivência. Como os encontros tiveram quase todas as presas presentes, o comprometimento com a mudança foi maior e válido, somando ao feedback positivo do questionário e a diminuição dos conflitos constantes em cela, concluímos que houve a ação de prevenção da saúde mental, fortalecimento da autoestima e favorecimento dos laços afetivos ao alcançar os objetivos propostos de identificar e conscientizá-las das problemáticas geradas a partir da intolerância com as diferenças das outras.

Contudo, o compromisso apenas se iniciou, acreditamos que para efetiva transformação social precisa-se dar continuidade nos acompanhamentos por mediações para que as expressões das subjetividades possam continuar a promover uma interação mais saudável entre as presas e delas para com o mundo ao adotarem novas posturas que, por médio prazo, possam causar impactos na vida de outras pessoas quando em situação de egressas. É notório também a funcionalidade de um trabalho multidisciplinar contínuo que abranja o contexto social da presa, fazendo necessário envolver conhecimentos e meios de intervenção jurídicos, assistenciais, psicológicos e de saúde para proporcionar o bem-estar, qualidade de vida digna e as prevenindo psiquicamente para que mantenham condições internas para enfrentar as dificuldades presentes nesta dinâmica do sistema prisional.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, F. ; French T. et al.- **Psychoanalytic Therapy. Principles and Application.** N.Y.: Ronald Press; 1946.
- ANDRADE, F. G. de ; BATTINI, O. ; ZÔMPERO, A. de F. **Ensino da natureza e sociedade: pedagogia.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- ANDRADE, V. R. P. de. **Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimização feminina?** IN: Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça /org. de Denise Dourado Dora. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- ARANTES, E. M. de M. **Pensando a Psicologia aplicada à Justiça.** IN: Psicologia Jurídica no Brasil. 2ª ed., RJ: Nau Editora, 2008.
- ARAUJO, M. C. de. **Mulheres Encarceradas e o (Não) Exercício do Papel Materno.** Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação.** IN: Cadernos Pagu, n. 26, pp. 329-376, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 04 out 2015.
- BRASIL. **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 1946.
- \_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. - Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)> Acesso em: 14 out 2015.
- BRINO, R. F. ; BANNWART, T. H. ; ORMEÑO, G. R. ; BRANCALHONE, P. ; WILLIAMS, L. C. A. **Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus tratos contra crianças e adolescente.** 1. ed. São Carlos: João e Pedro Editora, 2011.
- BUGLIONE, S. **A mulher enquanto metáfora do Direito Penal,** 2005. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=946>>. Acesso em: 10 out 2015.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CITELLI, M. T. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo, fazendo diferenças: teorias sobre corpo, gênero e comportamento.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. do. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos**. IN: Psicologia Clínica, vol. 20, no 2, pp. 89-102, 2008.

CORTELLA, M. S. **Entrevista concedida a Gabriel Chalita para o Programa "Mundo Melhor"**, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=McuGGYtxrtg>>. Acesso em: 26 set 2015.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

DINIZ, D., LIONÇO, T. **Homofobia & Educação: desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2009.

DUSCHATZKY, S. & SKLIAR, C. **O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação**. IN: Jorge Larrosa e Carlos Skliar (Orgs.). Habitantes de Babel – políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ELALI, M. Música: **Eu vou seguir**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g4tTpVW6wGQ>> Acesso em: 26 set 2015.

ESCRIVÃO FILHO, A., SOUSA JÚNIOR, J. G. de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos como um projeto de sociedade**. IN: PINTO, J. B. M.; SOUZA, E. G. de (Orgs.). Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para as dimensões políticas, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, vol. I., 2014.

FERREIRA, M. O. V. **Da necessidade de tornar visíveis os gêneros e as sexualidades nas escolas**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.14, pp. 79-93, 2006.

FIGUEIREDO, M. D. de, CAVEDON, N. R., SILVA, A. R. L. da. **A Desvalorização de Grupos Sociais no Espaço Comum de Pequenas Organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial**. Salvador: Revista O&S, v. 20 – n.64, pp. 55-73, 2013.

FIRTH, R. **Elementos de Organização Social**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.

FLORES, J. H. **A reinvenção dos direitos humanos**. Entrevista concedida a José Geraldo de Sousa Júnior para Constituição & Democracia – Observatório da Constituição e da Democracia. Brasília: UnB/Faculdade de Direito-Sindjus - DF, nº 23, junho de 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. – 8a ed. – . São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, C. R. **A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo. O caso RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

FREIRE, P. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1999.

GALEANO, E. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

GALVÃO, M. C. B., DAVIM, R. M. B. **Saúde da Mulher no Contexto do Sistema Penitenciário**. Rev enferm UFPE online, Oct; 6(10), 2574-81, 2012.

GARCIA, L. D. **A Liberdade Sufocada pela Subjetividade**. IN: Comissão de Formação Teórica e Prática do Presp. O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013.

GARMEZY, N. **Stress-resistant children: The research for protective factors**. IN: J. E., Stevenson (Org.) Aspects of Current Child Psychiatry Research. Oxford: Pergamon, 1995.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. IN: BAUER; GASKELL. Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som. São Paulo: Vozes, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1995.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

GONZÁLEZ, A. M. B.; CASTRO, E. A. **Cultura da Paz**. IN: Módulo IX, Direitos Humanos, Cultura da Paz e Currículo, Seção I. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2015.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. IN: (Org). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Psicologia social, saber, comunidade e cultura**. Psicologia & Sociedade, v. 16, n. 2, maio/ago. 2004.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução de Pedro Tamem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEMGRUBER, V. **Psicoterapia Focal: o efeito carambola**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

LOPES, R. **Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades**. Tese de Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia, Universidade São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Memórias de pesquisa: a experiência de uma psicóloga no interior de uma prisão feminina**. *Imagário*. USP, 13(14), 439-459, 2007.

LOURO, G. L. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LYRA FILHO, R. **Desordem e processo: um posfácio explicativo**. IN: LYRA, D. A. *Desordem e processo: estudos em homenagem a Roberto Lyra Filho*. Porto Alegre: Antonio Sergio Fabris Editor, 1986.

MAGENDZO, A. K. **Educación em derechos humanos: um desafio para lós docentes de hoy**. Santiago de Chile: Lom, 2006.

MAIA, J. M. D. & WILLIAMS, L. C. A. **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área**. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103, 2005.

MARIANO, S. A. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. *Estudos Femininos*, Florianópolis, v.13, n. 3, 2005.

MEYER, D. E. E.; RIBEIRO, C.; RIBEIRO, P. R. M. . **Gênero, Sexualidade e Educação: olhares" sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E**. IN: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, Caxambu, 2003.

MORAES, L. M. **Intolerância, direitos humanos e socialização no ambiente escolar**. *RIDH: Bauru*, v. 2, n. 3, pp. 69-87, jul./dez., 2014.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, W. F. do. ; DELMONDEZ, P. **Diferença, diversidade e multiplicidade**. IN: Módulo II, *Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade*, Seção I. *Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural*. Universidade de Brasília, 2014-A.

\_\_\_\_\_. **Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades**. IN: Módulo II, *Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade*, Seção II. *Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural*. Universidade de Brasília, 2014-B.

\_\_\_\_\_. **Ética e estética na produção dos sujeitos dos direitos humanos**. IN: Módulo II, *Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade*, Seção III. *Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural*. Universidade de Brasília, 2014-C.

OLIVEIRA, M. F. **Do outro lado dos muros: reflexões a partir da atuação do psicólogo em unidades prisionais femininas**. Maceió: Congresso Nacional de Segurança Pública, 2008.

ONU/UNESCO. **Plano de ação – Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos Primeira etapa.** Brasília, 2009.

ORMEÑO, G. I. R. **Histórico familiar de mulheres encarceradas: fatores de risco e proteção para os filhos.** São Carlos: UFSCar, 2013.

PANTEL, P. S. **A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres?** IN: O corpo Feminino em debate. Maria Izilda Santos de Matos e Raquel Soihet (org.) São Paulo: Unesp, pp. 129-157, 2003.

PEDROZA, R. L. S.; CHAGAS, J. C. **Democracia e Direitos Humanos na Escola.** IN: Módulo X, Direitos Humanos e Projeto Político-Pedagógico, Seção I. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

PIMENTEL, E. **Amor Bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas.** VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Federal de Alagoas, 2008.

PULINO, L. H. C. Z. **Diversidade Cultural e Ambiente Escolar.** IN: Módulo I, Diversidade Cultural e Ambiente Escolar, Seção I. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2014-A.

\_\_\_\_\_. **Diversidade cultural, singularidade e processos de desenvolvimento e aprendizagem.** IN: Módulo I, Diversidade Cultural e Ambiente Escolar, Seção II. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2014-B.

\_\_\_\_\_. **Ambiente Escolar - construção democrática, direito à aprendizagem e à cultura.** IN: Módulo I, Diversidade Cultural e Ambiente Escolar, Seção III. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2014-C.

\_\_\_\_\_. **Tornar-se humano.** IN: Módulo IV, Tornar-se humano e os Direitos Humanos, Seção I. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2014-F.

\_\_\_\_\_. **Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos.** IN: Módulo IV, Tornar-se humano e os Direitos Humanos, Seção III. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2014-G.

RAMOS, L. de S. **Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas.** Universidade de Brasília, 2012.

RITA, R. P.S. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana.** Brasília: 2007.

ROCHA, E. **O que é Etnocentrismo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

RUBIO, D. S. **Direitos Humanos Constituintes e Processos de Luta**. Entrevista concedida a professora Nair Heloisa Bicalho de Sousa. <[www.odireitoachadonarua.blogspot.com.br](http://www.odireitoachadonarua.blogspot.com.br)>. Acesso em 03.10.2015.

SALMASSO, R.C. **Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília-SP**. Revista de Iniciação Científica da FFC, 4(3), 2004.

SANTOS, B. de S. **A ecologia de saberes**. IN: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAPIENZA, G. & PEDROMÔNICO, M. R. M. **Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente**. Psicologia em Estudo, 10(2), 209-216, 2005.

SATER, A. Música: **Tocando em frente**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SWtjTkixv5M>> Acesso em: 14 out 2015.

SCHERER, Z. A. P. ; SCHERER, E. A. **Concepções e vivências de mulheres encarceradas sobre a violência**. Cogitare Enfermagem. 14(3). 435-440, 2009.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. **O enigma da igualdade**. IN: Estudos feministas. Vol. 13, n. 1, pp. 11-30, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>. Acesso em: 12 out 2015.

SILVA, T. T. **A produção da identidade e da diferença**. IN: Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Identidade e diferença – A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

SIMÕES, I. M. **Mulheres em imagens sob os olhares de meninos e meninas: uma trama formada por artes visuais, educação e gênero**. Pelotas, 2008.

SIQUEIRA, M. J. T. **A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão**. IN: ZANELLA, AV., et al., org. Psicologia e práticas sociais. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 251-259, 2008.

SOUSA, N. H. B. De. **Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos**. IN: Módulo VIII, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação, Seção III. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2015.

SOUSA JÚNIOR, J. G. de (Org). **Discurso social e cidadania: movimento social e práticas instituintes de direito (ética e direitos humanos)**. IN: Revista Ethos. Brasília: Sociedade de Estudos e Pesquisas éticas de Brasília – SEPEB, pp. 171-190, 2000.

\_\_\_\_\_. **Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação**. IN: Módulo VIII, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação, Seção I.

Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2015-A.

\_\_\_\_\_. **Um panorama da construção histórico-social dos direitos humanos.** IN: Módulo VIII, Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação, Seção II. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília, 2015-B.

SOUZA, K. O. J. **A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas.** Psicologia em estudo, 14(4), 649-657, out/dez 2009.

TITÃS. Música: **É preciso saber viver.** Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LpYj\\_sI79v8](https://www.youtube.com/watch?v=LpYj_sI79v8). Acesso em: 03 out 2015.

TOURINHO, D. R. **Sexo seguro na prisão: Porque não? Fatores psicossociais culturais e institucionais do uso/não uso do preservativo em duas unidades prisionais de Salvador-Bahia.** Tese de Doutorado. Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, 2003.

WITTER, G. P. **Pesquisa em Psicologia Escolar.** IN: Wechsler, S. M. Psicologia Escolar: Pesquisa, Formação e Prática. Campinas, Alinea. 1997.

ZAVASCHI, M. L. S. **Criança e Adolescentes Vulneráveis.** Porto Alegre. Artmed, 2009.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Questionário de Avaliação do Grupo

Com a finalidade de analisar o desenvolvimento do trabalho grupal para ações posteriores, solicito sua avaliação, por meio de uma escala avaliativa, sobre as afirmativas abaixo apresentadas a respeito dos primeiros encontros do grupo “Como pessoas lidamos com as diferenças”.

1) Minha expectativa inicial com o grupo.

Muito Ruim  Ruim  Bom  Muito Bom  Indiferente

2) Dos encontros ocorridos até hoje.

Muito Ruim  Ruim  Bom  Muito Bom  Indiferente

3) Sobre a coordenação técnica profissional do grupo.

Muito Ruim  Ruim  Bom  Muito Bom  Indiferente

4) A respeito do andamento do processo grupal.

Muito Ruim  Ruim  Bom  Muito Bom  Indiferente

5) A frequência em que os encontros acontecem.

Muito Ruim  Ruim  Bom  Muito Bom  Indiferente

6) O período de duração dos encontros.

Muito Ruim  Ruim  Bom  Muito Bom  Indiferente

Sobre a resolução dos conflitos interpessoais, você:

1) Acredita que por sua parte pode haver melhora das relações interpessoais?

SIM  NÃO Justifique sua resposta:

---

---

2) Acredita que as colegas cooperarão para essas mudanças?

( ) SIM ( ) NÃO Justifique sua resposta:

---

---

3) O trabalho realizado possibilitou alguma mudança na situação atual de conflitos interpessoais? ( ) SIM ( ) NÃO Justifique sua resposta:

---

---

4) A continuidade dos encontros poderia acarretar alguma melhora da situação atual dos conflitos interpessoais? ( ) SIM ( ) NÃO Justifique sua resposta:

---

---

5) Acredita que algo poderia favorecer a melhoria da convivência interpessoal?

( ) SIM ( ) NÃO Justifique sua resposta:

---

---

6) Como seria exatamente um ambiente sem conflitos interpessoais para você?

---

---

## ANEXOS

### Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Como pessoas, lidamos com as diferenças: projeto de intervenção psicológica para detentas do Regime Fechado”, de responsabilidade de Michelle Smith Corrêa Marques Teixeira, aluna de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é conscientizar as presas que participarem do grupo interventivo-reflexivo sobre as problemáticas geradas a partir do preconceito pelas diferenças encontradas entre elas no ambiente prisional possibilitando um convívio melhor a partir de um espaço de acolhimento e reflexão. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de observação simples e participativa a partir do diálogo, dinâmicas e atividades grupais. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa o desenvolvimento de habilidades sociais que ajudem na comunicação interpessoal entre as presas e, dessa forma, prevenir situações prejudiciais à saúde mental, ao mesmo tempo que possa melhorar o preparo para a convivência social quando estiverem na situação de egressas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (37) 3371-2953 ou pelo e-mail michellepsi@outlook.com.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A Sra. não será identificada em nenhuma publicação posterior na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a senhora.

---

Assinatura da participante

---

Assinatura da pesquisadora

Piumhi, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Anexo B – Aceite Institucional



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu**

**Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.**

### **ACEITE INSTITUCIONAL**

O Sr. Júlio César de Almeida, Diretor Geral do Presídio de Piumhi/MG, está de acordo com a realização da pesquisa “Como pessoas, lidamos com as diferenças: projeto de intervenção psicológica para detentas do Regime Fechado”, de responsabilidade da pesquisadora Michelle Smith Corrêa Marques Teixeira aluna de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural no Departamento do Instituto de Psicologia vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Patrícia Campos Ramos, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de encontros grupais com aplicação de dinâmicas, atividades lúdicas terapêuticas para as possíveis intervenções que favoreçam ao desenvolvimento de habilidades sociais que ajudem na comunicação interpessoal entre as dezesseis detentas da prisão do regime fechado. A pesquisa terá a duração de uma semana, com previsão de início e término em novembro/2015.

Eu, Sr. Júlio César de Almeida, Diretor Geral do Presídio de Piumhi/MG, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal compromisso.

Piumhi, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Nome do responsável pela instituição  
instituição

---

Assinatura e carimbo do responsável pela

Atenciosamente,

**Michelle Smith Corrêa Marques Teixeira**

Matrícula: 2014/0124233

Orientador/a: Prof.<sup>a</sup> Patrícia Campos Ramos

EEDH - SECADI-MEC

Instituto de Psicologia - Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Fone: 3107-6823 - e-mail. [pglatoip@unb.br](mailto:pglatoip@unb.br)

## Anexo C – Termo de Autorização de Uso de Texto/Imagem



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu**

**Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.**

### **Termo de autorização de uso de texto/imagem**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileira,  
residente no endereço \_\_\_\_\_, portador do  
CPF \_\_\_\_\_-\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_, expedido pela SSP  
\_\_\_\_, faço, por meio deste instrumento e na condição de detentor do direito autoral,  
autorizo a \_\_\_\_\_, brasileira,  
residente no endereço \_\_\_\_\_, portador do  
CPF \_\_\_\_\_-\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_, expedido pela SSP  
\_\_\_\_, a utilizar os textos e as imagens adquiridas no processo de coleta de dados da  
monografia

\_\_\_\_\_, no  
processo de defesa do Trabalho Final de Curso – (TCC), junto à Universidade de  
Brasília.

---

Nome

---

Local/data

## Anexo D – Atividades Grupais

### **VÍDEO**

Entrevista com Mário Sérgio Cortella (2014), professor, escritor, filósofo e aluno de Paulo Freire, no programa “Mundo Melhor” pelo apresentador Gabriel Chalita, que comunica a importância dos comportamentos das pessoas com o outro, em relação a como aceitam suas experiências e como lidam com elas a partir da memória, da desculpa, do perdão e também da busca do ser autêntico que ilustra com figuras históricas. Vídeo utilizado para introdução do grupo e conhecimento das opiniões sobre o comportamento nas relações sociais.

### **REDAÇÃO**

Síntese elaboradas individualmente pelas participantes sobre o que aprenderam nos encontros.

### **CONFECÇÃO ARTÍSTICA**

As participantes foram separadas aleatoriamente em grupos menores para confeccionar através de palavras, frases, desenhos o que identificam ser essencial para a boa interação social.

### **MÚSICAS**

Proposta de reflexão sobre clipes musicais para aproximar as participantes de seus sentimentos e das demais para discussão em grupo sobre alguns trechos das músicas e do que vieram a pensar após assistir os clipes e relacioná-los com os comportamentos de tolerância e intolerância pelas diferenças entre elas.

#### **a) TITÃS – É PRECISO SABER VIVER**

Quem espera que a vida

Seja feita de ilusão

Pode até ficar maluco

Ou morrer na solidão

É preciso ter cuidado  
Pra mais tarde não sofrer  
É preciso saber viver

Toda pedra do caminho  
Você pode retirar  
Numa flor que tem espinhos  
Você pode se arranhar  
Se o bem e o mal existem  
Você pode escolher  
É preciso saber viver

É preciso saber viver  
É preciso saber viver  
É preciso saber viver  
Saber viver, Saber viver

Fonte: <http://www.vagalume.com.br/titas/e-preciso-saber-viver-lettras.html>

## **b) MARINA ELALI – EU VOU SEGUIR**

Eu sei que os sonhos são pra sempre  
Eu sei aqui no coração  
Eu vou ser mais do que eu sou  
Para cumprir as promessas que eu fiz  
Porque eu sei que é assim  
Que os meus sonhos dependem de mim

Eu vou tentar  
Sempre  
E acreditar que sou capaz  
De levantar uma vez mais

Eu vou seguir

Sempre

Saber que ao menos eu tentei

E vou tentar mais uma vez

Eu vou seguir

Não sei se os dias são pra sempre

Guardei você no coração

Eu vou correndo atrás

Aprendi que nunca é demais

Vale a pena insistir

Minha guerra é encontrar minha paz

Eu vou tentar

Sempre

E acreditar que sou capaz

De levantar uma vez mais

Eu vou seguir

Sempre

Saber que ao menos eu tentei

E vou tentar mais uma vez

Eu vou seguir

Fonte: <http://www.vagalume.com.br/marina-elali/eu-vou-seguir.html#ixzz3qYaiBNiQ>

### **c) ALMIR SATER – TOCANDO EM FRENTE**

Ando devagar porque já tive pressa

E levo esse sorriso porque já chorei demais

Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?

Só levo a certeza de que muito pouco eu sei

Nada sei.

Conhecer as manhas e as manhãs,

O sabor das massas e das maçãs,  
É preciso amor pra poder pulsar,  
É preciso paz pra poder sorrir,  
É preciso a chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente  
Compreender a marcha e ir tocando em frente  
Como um velho boiadeiro levando a boiada  
Eu vou tocando dias pela longa estrada eu vou  
Estrada eu sou.

Conhecer as manhas e as manhãs,  
O sabor das massas e das maçãs,  
É preciso amor pra poder pulsar,  
É preciso paz pra poder sorrir,  
É preciso a chuva para florir.

Todo mundo ama um dia todo mundo chora,  
Um dia a gente chega, no outro vai embora  
Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz  
De ser feliz.

Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs  
É preciso amor pra poder pulsar,  
É preciso paz pra poder sorrir,  
É preciso a chuva para florir.

Ando devagar porque já tive pressa  
E levo esse sorriso porque já chorei demais  
Cada um de nós compõe a sua história,  
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz  
de ser feliz.

Conhecer as manhas e as manhãs,  
O sabor das massas e das maçãs,  
É preciso amor pra poder pulsar,  
É preciso paz pra poder sorrir,  
É preciso a chuva para florir.

Fonte: <http://www.vagalume.com.br/almir-sater/tocando-em-frente.html#ixzz3qYbLUDiN>

### **DINÂMICA “PASSE O BARBANTE PARA QUE EU TAMBÉM FAÇA PARTE”**

Ao ter em mãos o barbante, a participante se apresenta dizendo seu primeiro nome e uma qualidade pessoal e passa o barbante para outra que ainda não tenha participado, segurando o início do barbante em suas mãos para manter uma ligação e, a próxima participante relembra ao grupo o nome e a qualidade da colega anterior e dá sequência ao se apresentar e dizer uma qualidade de si e a dinâmica continua até que todas participem e, ao final, quando todas estão interligadas, abre-se um espaço de reflexão para que relatem sobre a vivência, procurando a coordenadora relacionar a discussão com os aspectos das relações interpessoais.

### **PALESTRA SOBRE HEPATITES**

Colaboração da enfermeira e assistente social para conscientizar as participantes sobre as definições, principais causas e tratamento de hepatites, promovendo a sensibilidade entre elas para diminuir o preconceito com os portadores da doença e favorecer a iniciativa de tomar as vacinas por serem um grupo de risco.